

Diário Oficial

dos Municípios do
Sudoeste do Paraná

Segunda-Feira, 09 de Fevereiro de 2026

Ano XV – Edição Nº 3547

Página 1 / 031

Sumário

Acesse as páginas correspondentes ao seu município com apenas um clique!

PREFEIT.....

Municípios

| | |
|---|----|
| Prefeitura Municipal de Ampére | 2 |
| Prefeitura Municipal de Barracão..... | 4 |
| Câmara Municipal de Barracão..... | 10 |
| Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares | 11 |
| Câmara Municipal de Coronel Domingos Soares | 14 |
| Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Sudoeste..... | 15 |
| Câmara Municipal de Nova Esperança do Sudoeste..... | 16 |
| Prefeitura Municipal de Palmas..... | 17 |
| Prefeitura Municipal de Pranchita..... | 19 |
| Prefeitura Municipal de São João..... | 27 |
| Prefeitura Municipal de Verê..... | 29 |

Associações

| | |
|------------|----|
| Arss | 30 |
|------------|----|

Consórcios

| | |
|--|----|
| Consórcio Intermunicipal da Fronteira - CIF..... | 31 |
|--|----|

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPÉRE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17 /2026-

CONTRATANTE:Município de Ampére, Estado do Paraná, com sede à Rua Maringá, 279, Centro, Ampére, Paraná, inscrito no CGC/MF nº 77.817.054/0001-79, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Douglas Diems Morockoski Potrich, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.756.321-9 e do CPF/MF nº 058.009.759-57, e
CONTRATADA: JUMBO PAVIMENTAÇÕES LTDA.
OBJETO: Pavimentação sobre pedras irregulares em vias urbanas em CBUQ, 65.481,83m2, incluindo serviços preliminares, drenagem, revestimento, meio-fio, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.
VALOR: R\$ 11.681.000,00 (Onze Milhões, Seiscentos e Oitenta e Um Mil Reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 540 dias
PRAZO DE VIGÊNCIA: 1080 dias.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 05 de Fevereiro de 2026.
FORO: Comarca de Ampére, Estado do Paraná.
Ampére(PR), 06 de Fevereiro de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18 /2026-

CONTRATANTE:Município de Ampére, Estado do Paraná, com sede à Rua Maringá, 279, Centro, Ampére, Paraná, inscrito no CGC/MF nº 77.817.054/0001-79, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Douglas Diems Morockoski Potrich, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.756.321-9 e do CPF/MF nº 058.009.759-57, e
CONTRATADA: AENERGYTECH DO BRASIL LTDA.
OBJETO: Fornecimento e instalação de luminárias para iluminação pública em LED
VALOR: R\$ 301.920,00 (Trezentos e Um Mil, Novecentos e Vinte Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 06 de Fevereiro de 2026.
FORO: Comarca de Ampére, Estado do Paraná.
Ampére(PR), 06 de Fevereiro de 2026.

Cod460233

PORTARIA Nº 068/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE, Estado do Paraná, fazendo uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Considerando a Decisão Judicial proferida nos autos nº processo: 0001103-11,2024.8.16,0186, em trâmite junto a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Ampére/PR
RESOLVE
Art. 1º- CONCEDER à servidora Tatieli Odorcik, matrícula nº 1549, redução de jornada de trabalho de 20 horas semanais para 10 horas semanais, a contar de 09 de fevereiro de 2026.
Art. 2º–Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de fevereiro de 2026.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE, 06 de fevereiro de 2026.
DOUGLAS DIEMS MOROCKOSKI POTRICH
PREFEITO
Registre-se e Publique-se:
Evandro Carlos Dal Vesco
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Cod460196

PORTARIA Nº 069/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE, Estado do Paraná, fazendo uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Considerando a Decisão Judicial proferida nos autos nº processo: 0000321-38.2023.8.16.0186, em trâmite junto a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Ampére/PR
RESOLVE
Art. 1º- CONCEDER à servidora Eliane Teresinha Lazzarin Cemim, matrícula nº 1879, redução de jornada de trabalho de 40 horas semanais para 20 horas semanais, a contar de 09 de fevereiro de 2026.
Art. 2º–Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de fevereiro de 2026.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE, 06 de fevereiro de 2026.
DOUGLAS DIEMS MOROCKOSKI POTRICH
PREFEITO
Registre-se e Publique-se:
Evandro Carlos Dal Vesco
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Cod460203

PORTARIA Nº 070/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE
Art. 1º–Convocar a servidora Sirlei Regina Bertochi Grigol matrícula nº 1629 em gozo de licença-prêmio desde 06/01/2026 conforme Portaria nº 013/2026, para retornar a partir de

09/02/2026 as suas atividades habituais no Município.
Art. 2º–Os 56 (cinquenta e seis) dias restantes de licença-prêmio, a servidora acima mencionada usufruirá em data a ser marcada;
Art. 3º–Esta Portaria entra em vigor a partir da data de publicação, com efeitos a partir de 09/02/2026.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE AMPÉRE, 06 de fevereiro de 2026.
DOUGLAS DIEMS MOROCKOSKI POTRICH
PREFEITO
Registre-se e Publique-se:
Evandro Carlos Dal Vesco
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Cod460204

PORTARIA Nº. 01/2026

Concede APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ao servidor ALMIR VARGAS e declara vacância de cargo.
O Prefeito Municipal de Ampére, do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e o Diretora Executiva do Instituto de Previdência do Município de Ampére, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso XXI da Lei nº 1781/2017, e considerando o processo de aposentadoria do servidor ALMIR VARGAS nº 2026.04.00135P.
Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 3º e seus incisos da Emenda Constitucional nº 47/2005, e de acordo com o artigo 76 da Lei Municipal nº 1781/2017 que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Ampére, RESOLVEM
Art. 1º–Fica concedido ao servidor ALMIR VARGAS, brasileiro, servidor público municipal de Ampére, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MOTO-NIVELADORA, matrícula nº 336, Classe NM, Nível 18, lotada na Divisão de Máquinas e Manutenção, e inscrita no RG nº 5.***.***-5 e CPF sob o nº 861.***.***-10, Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, com proventos mensais e integrais.
Art. 2º–Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o valor de R\$ 9.691,31 (nove mil seiscentos e noventa e um reais e trinta e um centavos), conforme demonstrativo de cálculo no processo administrativo nº 2026.04.00135P, que será pago mensalmente pelo AMPEREPREVI.
Art. 3º–Será aplicada a paridade dos benefícios com a remuneração do servidor no cargo correspondente, regra está garantida pelo artigo 7º da E.C. nº 41/2003.
Art. 4º–Declara a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do artigo 38 da Lei nº 1807/2018 – Estatuto do Servidor.
Art. 5º–Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data de 01 de fevereiro de 2026.
Registre-se e Publique-se.
Município de Ampére, 04 de fevereiro de 2026.
Douglas D. M. Potrich Andreia Badia
Prefeito Municipal Diretora Executiva

Cod460239

PORTARIA Nº. 02/2026

Concede APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL PROFESSOR à servidora VANIA SALETE BERTOLINI VARGAS e declara vacância de cargo.
O Prefeito Municipal de Ampére, do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e a Diretora Executiva do Instituto de Previdência do Município de Ampére, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso XXI da Lei nº 1781/2017, e considerando o processo de aposentadoria da servidora VANIA SALETE BERTOLINI VARGAS nº 2026.04.00136P.
Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 6º e seus incisos da Emenda Constitucional nº 41/2003–Especial e de acordo com o artigo 75 da Lei Municipal nº 1781/2017 que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Ampére, RESOLVEM
Art. 1º–Fica concedida à servidora VANIA SALETE BERTOLINI VARGAS, brasileira, servidora pública municipal de Ampére, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, matrícula nº 641 Classe C, Nível 15, lotada na Secretaria de Educação, portadora do RG e CPF nº 001.***.***-01, Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição – ESPECIAL PROFESSOR, com proventos mensais e integrais.
Art. 2º–Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o valor de R\$ 6.930,82 (Seis mil, novecentos e trinta reais e oitenta e dois centavos), conforme demonstrativo de cálculo no processo administrativo nº 2026.04.00136P., que será pago mensalmente pelo AMPEREPREVI.
Art. 3º–Será aplicada a paridade dos benefícios com a remuneração do servidor no cargo correspondente, regra esta garantida pelo artigo 7º da E.C. nº 41/2003.
Art. 4º–Declara a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do artigo 38 da Lei nº 1807/2018 – Estatuto do Servidor.
Art. 5º–Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data de 01 de fevereiro de 2026.
Registre-se e Publique-se.
Município de Ampére, 04 de fevereiro de 2026.
Douglas D. M. Potrich Andréia Badia
Prefeito Municipal Diretora Executiva

Cod460240

PORTARIA Nº. 03/2026

Concede APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL PROFESSOR à servidora ZULEICA MARIA GNOATO e declara vacância de cargo. O Prefeito Municipal de Ampére, do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e a Diretora Executiva do Instituto de Previdência do Município de Ampére, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso XXI da Lei nº 1781/2017, e considerando o processo de aposentadoria da servidora ZULEICA MARIA GNOATO nº 2026.04.00137P.

Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 6º e seus incisos da Emenda Constitucional nº 41/2003–Especial e de acordo com o artigo 75 da Lei Municipal nº 1781/2017 que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Ampére,

RESOLVEM

Art. 1º–Fica concedida à servidora ZULEICA MARIA GNOATO, brasileira, servidora pública municipal de Ampére, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, matrícula nº 718 Classe C, Nível 14, lotada na Divisão de Ensino, portadora do RG nº 5.***.***.6 e CPF nº 946.***.***-53, Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição – ESPECIAL PROFESSOR, com proventos mensais e integrais.

Art. 2º–Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o valor de R\$ 6.581,96 (Seis mil, quinhentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos), conforme demonstrativo de cálculo no processo administrativo nº 2026.04.00137P, que será pago mensalmente pelo AMPEREPREVI.

Art. 3º–Será aplicada a paridade dos benefícios com a remuneração do servidor no cargo correspondente, regra esta garantida pelo artigo 7º da E.C. nº41/2003.

Art. 4º–Declara a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do artigo 38 da Lei nº 1807/2018 – Estatuto do Servidor.

Art. 5º–Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data de 01 de fevereiro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

Município de Ampére, 04 de fevereiro de 2026.

Douglas D. M. Potrich Andréia Badia

Prefeito Municipal Diretora Executiva

Cod460242

AVISO DE LICITAÇÃO**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 10/2026.**

O Município de Ampére, estado do Paraná, torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 05 de Março do ano de 2026, na Sala de Compras Públicas da Prefeitura de Ampére, CONCORRÊNCIA, na forma Presencial, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

| Local do objeto | Objeto | Quantidade e unidade de medida | Prazo de execução |
|------------------------|----------------------|--------------------------------|-------------------|
| Vias Urbanas de Ampére | Pavimentação em CBUQ | 21.562,85 m² | 540 dias |

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no sítio eletrônico da Prefeitura de Ampére <http://www.ampere.pr.gov.br>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio do e-mail licitacao@ampere.pr.gov.br. Ampére (PR), 06 de Fevereiro de 2026.

Douglas Diems Morockoski Potrich

Cod460234

AVISO DE LICITAÇÃO**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 11/2026.**

O Município de Ampére, estado do Paraná, torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 06 de Março do ano de 2026, na Sala de Compras Públicas da Prefeitura de Ampére, CONCORRÊNCIA, na forma Presencial, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

| Local do objeto | Objeto | Quantidade e unidade de medida | Prazo de execução |
|------------------------|----------------------|--------------------------------|-------------------|
| Vias Urbanas de Ampére | Pavimentação em CBUQ | 13.223,44 m² | 300 dias |

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no sítio eletrônico da Prefeitura de Ampére <http://www.ampere.pr.gov.br>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio do e-mail licitacao@ampere.pr.gov.br. Ampére (PR), 06 de Fevereiro de 2026.

Douglas Diems Morockoski Potrich

Cod460235

EDITAL HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES Nº 008/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 A Presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado do Município de Ampére/PR, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, e demais disposições atinentes à matéria, TORNA PÚBLICA o EDITAL HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, conforme segue:

Art. 1º–Ficam DEFERIDAS as inscrições, conforme listagem disponível nos endereços eletrônicos www.ampere.pr.gov.br e www.dioems.com.br:

Art. 2º–Quanto as inscrições, cabe recurso à Prefeitura Municipal de Ampére no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de publicação deste edital.

Parágrafo único. O recurso deverá ser protocolado em formulário próprio disponível na Prefeitura Municipal de Ampére, Rua Maringá, nº 279, Centro, das 09 h às 11h00min e 13h30min às 16h, observado o horário oficial de Brasília-DF.

Art. 3º–Este edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ampére-PR, 06 de fevereiro de 2026.

LUCHELE FURLAN SIRTOLI

PRESIDENTE DA COMISSÃO

PORTARIA Nº 011/2026

| CARGO | NOME | CPF | NASCIMENTO |
|--------------------|---------------------------|----------------|------------|
| Médico Veterinário | Jhulie Cristiani Nogueira | 123.***.***-41 | 26/03/2001 |
| Médico Veterinário | Solly Lazarin | 169.***.***-85 | 20/05/1971 |

Cod460207

EXTRATO DE DIÁRIA**Lei nº2235/2024**

Servidor: PAULO VALDAIR CORTES

Matricula: 1694

Quantidade: 01 (uma) diária.

Valor Total: 367,40 (trezentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos).

conforme cronograma abaixo:

Destino/Local: GUARAUAVA – PR

Motivo transporte paciente

Data e hora de saída: 05/02/2026 às 04:00

Data e hora de retorno: 06/02/2026 às 05:00

Veiculo: SER7I93

BRUNA LUQUINI MAZZUCO

SECRETÁRIA DE SAÚDE

Cod460193

EXTRATO DE DIÁRIA**Lei nº2235/2024**

Servidor: Luis Fernando Martini

Matricula: 2016

Quantidade: 02 (duas) diárias.

Valor Total: 734,80 (setecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos)

Conforme cronograma abaixo:

Destino/Local: PONTA GROSSA - PR

Motivo: transporte de pacientes

Data e hora de saída: 05/02/2022 às 22:00

Data e hora de retorno: 07/02/2025 às 23:00

Veiculo: SFL4A92

BRUNA LUQUINI MAZZUCO

SECRETÁRIA DE SAÚDE

Cod460194

EXTRATO DE DIÁRIA**Lei nº2235/2024**

Servidor: Octavio Mazzuco

Matricula: 1693

Quantidade: 02 (duas) diárias.

Valor Total: 734,80 (setecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos).

conforme cronograma abaixo:

Destino/Local: LONDRINA - PR

Motivo: Transporte de paciente

Data e hora de saída: 05/02/2026 às 22:00

Data e hora de retorno: 07/02/2026 às 23:00

Veiculo: TAQ7D93

BRUNA LUQUINI MAZZUCO

SECRETÁRIA DE SAÚDE

Cod460195

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAÇÃO

LEI Nº 2.529/2026

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo Municipal firmar convênio com o Conselho da Comunidade para desenvolver projetos sociais, e dá outras providências.

JORGE LUIZ SANTIN, Prefeito Municipal de Barracão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica FAÇO SABER que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio com o Conselho da Comunidade, entidade jurídica, sem fins lucrativos, portadora do CNPJ n.º 03.411.695/0001-92, com sede na Rua Lírio João Barzotto, 710, Jardim Vale do Capanema, Barracão – PR, CEP: 85.7000-000.

Art. 2º - O Termo de Convênio de que trata o art. 1º desta Lei, tem por objetivo o repasse de verba pecuniária, visando desenvolver o Projeto Liberta que será desenvolvido pela Entidade de que trata o art. 1º desta Lei, que entrará em vigor na data da assinatura do Termo de Convênio entre o Município e o Conselho da Comunidade.

Art. 3º - Para a execução do presente Termo de Convênio, o Município de Barracão – PR, fica autorizado a repassar recursos ao Conselho da Comunidade, para fins específicos de desenvolver ações de mobilização, capacitação e garantia de direitos da Política da Mulher.

Art. 4º - A referida Entidade, descrita no artigo 1º desta Lei, deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, até o prazo de 90 (noventa) dias após o seu recebimento, ou sempre que houver abertura de prazo, no Portal do TCE – SIT, sendo encaminhado à Secretaria de Administração deste Município comprovação.

Parágrafo Único: o Conselho da Comunidade fica obrigado a repassar as informações necessárias para o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Barracão – PR realizar a Prestação de Contas no Sistema SIF sempre que necessário.

Art. 5º - O prazo deste Convênio é por tempo determinado, a contar da data de publicação de sua Lei autorizativa, por período máximo de cinco (05) anos.

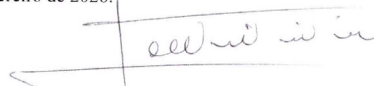
Art. 6º - As despesas oriundas da presente Lei correrão por conta dos recursos provenientes de repasses do Fundo Estadual de Políticas para Mulheres ao Fundo Municipal de Políticas para Mulheres, conforme Deliberação nº 04/2024 – CEDM/PR, inserido ao orçamento municipal vigente.

Art. 7º - O repasse foi aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em reunião ordinária, ocorrida em 29/10/2025, registrada na Ata nº 05/2025 - CMDM.

Art. 8º - As partes deverão obrigatoriamente estabelecer Termo de Parceria e/ou Termo de Colaboração, no qual ficará estabelecido as regras e os compromissos de cada parte envolvida na parceria.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barracão/PR, 06 de fevereiro de 2026.


JORGE LUIZ SANTIN
Prefeito

Cod460226

LEI Nº 2.528/2026

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 2.586.960,96 (DOIS MILHÕES, QUINHENTOS E OITENTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E SESSENTA REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS) E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ SANTIN, Prefeito Municipal de Barracão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica FAÇO SABER que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.586.960,96 (dois milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, novecentos e sessenta reais e noventa e seis centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

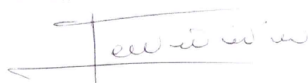
| | | |
|-----|---|----------------|
| | 0400 – SECRETARIA DE OBRAS | |
| | 04003 – DIVISÃO DE URBANISMO | |
| | 2.012 – Manutenção da Divisão de Urbanismo | |
| 129 | 3.3.90.30.00507.99.99.00.00.2.751.0000 – Material de Consumo | R\$ 200.000,00 |
| 134 | 3.3.90.39.00507.99.99.00.00.2.751.0000 – Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica | R\$ 400.000,00 |
| | 0700 – SECRETARIA DE SAÚDE | |
| | 07001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | |
| | 2.019 – Atenção Básica em Saúde | |
| 201 | 3.1.90.11.00494.09.02.06.20.2.600.0000 – Venc.e Vant.Fixas-Pessoal Civil | R\$ 246.047,64 |
| 210 | 3.3.90.30.00494.12.02.06.20.2.600.3110 – Material de Consumo | R\$ 235.423,85 |
| 212 | 3.3.90.32.00494.12.02.06.20.2.600.3110 – Mat/Bem/Serv.Distr.Gratuita | R\$ 171.638,92 |
| 213 | 3.3.90.33.00494.12.02.06.20.2.600.3110 – Passagens e Desp.Locomoção | R\$ 100.000,00 |
| 217 | 3.3.90.39.00494.12.02.06.20.2.600.3110 – Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica | R\$ 777.857,60 |
| 219 | 3.3.90.40.00494.12.02.06.20.2.600.3110 – Serv.Tecnol.Inf.e Comunicação | R\$ 36.328,93 |
| | 07002 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONSUD | |
| | 2.023 – Atividades do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONSUD | |
| 251 | 3.3.72.39.00494.12.02.06.20.2.600.3110 – Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica | R\$ 419.664,02 |

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no Artigo 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) do Superavit Financeiro da Fonte de recurso 00507.99.99.00.00.2.751.0000

– COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF, R\$ 246.047,64 (duzentos e quarenta e seis mil, quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) do Superavit Financeiro da Fonte de recurso 00494.09.02.06.20.2.600.0000 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, R\$ 834.017,49 (oitocentos e trinta e quatro mil, dezessete reais e quarenta e nove centavos) do Superavit Financeiro da Fonte de recurso 00494.12.02.06.20.2.600.3110 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Proposta nº 63000696348/2025-00 - Emenda Parlamentar Portaria GM/MS nº 6.916, de 06 de maio de 2025, R\$ 141.682,40 (cento e quarenta e um mil, seiscentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos) do Superavit Financeiro da Fonte de recurso 00494.12.02.06.20.2.600.3110 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Proposta nº 63000641622/2025-00 - Emenda Parlamentar Portaria GM/MS nº 7.050, de 02 de junho de 2025, R\$ 66.462,35 (sessenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e trinta e cinco centavos) do Superavit Financeiro da Fonte de recurso 00494.12.02.06.20.2.600.3110 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Proposta 36000665850/2025-00 - Emenda Parlamentar 20380010, R\$ 203.809,15 (duzentos e três mil, oitocentos e nove reais e quinze centavos) do Superavit Financeiro da Fonte de recurso 00494.12.02.06.20.2.600.3110 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Proposta nº 36000665778/2025-00 - Emenda Parlamentar 40740003, R\$ 3.638,99 (três mil, seiscentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos) do Superavit Financeiro da Fonte de recurso 00494.12.02.06.20.2.600.3110 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Proposta nº 36000665871/2025-00 - Emenda Parlamentar 30410014, R\$ 71.638,92 (setenta e um mil, seiscentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos) do Superavit Financeiro da Fonte de recurso 00494.12.02.06.20.2.600.3110 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Proposta nº 36000665894/2025-00 - Emenda Parlamentar 40660004 e R\$ 419.664,02 (quatrocentos e dezenove mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e dois centavos) do Superavit Financeiro da Fonte de recurso 00494.12.02.06.20.2.600.3110 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Proposta nº 36000665796/2025-00 - Emenda Parlamentar 44450003.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barracão/PR, 06 de fevereiro de 2026.


JORGE LUIZ SANTIN
Prefeito

Cod460227

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 01/2024
PROCESSO LICITATORIO: 01/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRACÃO/PR.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CALCULOS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA-FUMPB

CONTRATO: Nº 26/2024

CONTRATADA COPPINI & CIA LTDA EPP
PRAZO: Fica prorrogado o prazo do contrato por mais 12 (doze) meses, vigorando até 20 de fevereiro de 2027.
VALOR: Fica incluído ao contrato o valor do presente termo aditivo R\$ 5.705,23 (cinco mil setecentos e cinco reais com vinte e três reais).

Cod460183

LEI Nº 2.527/2026

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 218.971,33 (DUZENTOS E DEZOITO MIL, NOVECIENTOS E SETENTA E UM REAIS E TRINTA E TRES CENTAVOS) E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ SANTIN, Prefeito Municipal de Barracão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica FAÇO SABER que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 218.971,33 (duzentos e dezoito mil, novecentos e setenta e um reais e trinta e três centavos) para execução da Proposta 089928960001/24-003 - Processo 250001884, destinado à Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde - Aquisição de Equipamentos.

As despesas serão oneradas na seguinte Dotação Orçamentária:

0700- SECRETARIA DE SAÚDE

07001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

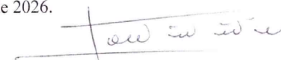
2.019 - Atenção Básica em Saúde

222 4.4.90.52.0518.12.02.06.20.2.601.3110 - Equipamentos e Mat.Permanente R\$ 218.971,33

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos no valor de R\$ 218.971,33 (duzentos e dezoito mil, novecentos e setenta e um reais e trinta e três centavos) do superávit financeiro da fonte de recurso 0518.12.02.06.20.2.601.3110 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barracão/PR, 06 de fevereiro de 2026.


JORGE LUIZ SANTIN
Prefeito

Cod460228

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2026 PROCESSO LICITATORIO Nº 009/2026 AMPLA CONCORRÊNCIA MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

ENTIDADE PROMOTORA: MUNICÍPIO DE BARRACÃO/PR
O MUNICÍPIO DE BARRACÃO/PR, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 75.666.131/0001-01, com sede na Rua São Paulo, nº 235, Centro, Barracão/PR, torna público e para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, as 09h:00min (nove) horas, no dia 27 de fevereiro de 2026, Local: plataforma <https://www.gov.br/compras/pt-br>, na forma da Lei 14.133/21, do Decreto Municipal nº. 10/2024, objetivando para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DESARMADA, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS E ÁREAS EXTERNAS DOS PRÉDIOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, VISANDO GARANTIR A SEGURANÇA DE PESSOAS, BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, NAS QUANTIDADES ESTIMADAS E CONDIÇÕES PREVIAMENTE DISPOSTAS NESSE EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E NOS ANEXOS, nas condições fixadas no presente edital e seus anexos, sendo a presente licitação do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE".
Edital na íntegra à disposição dos interessados na Divisão de Licitações, na Rua São Paulo, nº 235, Centro, no site www.barracao.pr.gov.br - licitações e na Plataforma <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Informações complementares através do telefone (49) 3644-1215.

Barracão/PR, 06 de fevereiro 2026.

JORGE LUIZ SANTIN
PREFEITO MUNICIPAL

Cod460199

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Segunda-Feira, 09 de Fevereiro de 2026

Ano XV – Edição Nº 3547

Página 6 / 031

LEI Nº 2.526/2026

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 165.000,00 (CENTO E SESSENTA E CINCO MIL REAIS) E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ SANTIN, Prefeito Municipal de Barracão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica FAÇO SABER que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), referente recursos recebidos do Ministério da Fazenda – Transferência Especial – Investimento, Emenda Parlamentar 202440740001 – Plano de Ação 09032024-073569/2024, destinado Construção Centro Comunitário no Distrito de Siqueira Bello, com edificação de 193,00 m².

As despesas serão oneradas na seguinte Dotação Orçamentária:

1200 – SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

12001 – INCENTIVO A INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO

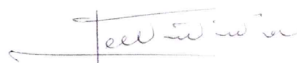
2.042 – Incentivo ao Turismo

456 4.4.90.51.00.00.01016.12.99.00.00.2.706 – Obras e Instalações R\$ 165.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos no valor de R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) do Superavit Financeiro da fonte de recurso 01016.12.99.00.00.2.706 – Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art.166-A da E.C.105/2019).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barracão/PR, 06 de fevereiro de 2026.


JORGE LUIZ SANTIN
Prefeito

Cod460229

LEI Nº 2.525/2026

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 70.000,00 (SETENTA MIL REAIS) E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ SANTIN, Prefeito Municipal de Barracão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica FAÇO SABER que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Especial no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para tender o Convênio nº 04/2026, firmado com o Consórcio Intergestores Paraná Saúde, destinado operacionalização das aquisições de produtos para saúde para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Barracão no exercício de 2026, conforme Convênio e Plano de Aplicação.

As despesas serão oneradas na seguinte Dotação Orçamentária:

07 – SECRETARIA DE SAÚDE

07004 – CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE

2.025 – Atividades do Consórcio Intergestores Paraná Saúde

599 3.3.72.30.0303.01.02.00.00.1.500.1002 – Material de Consumo R\$ 70.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária:

07 – SECRETARIA DE SAÚDE

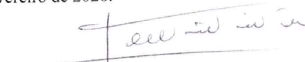
07001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial - MAC

226 3.3.90.39.0303.01.02.00.00.1.500.1002 – Outros Serv.Terc.Pessoa Jurídica R\$ 70.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barracão/PR, 06 de fevereiro de 2026.


JORGE LUIZ SANTIN
Prefeito

Cod460230

LEI Nº 2.524/2026

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 137.962,57 (CENTO E TRINTA E SETE MIL, NOVECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS) E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ SANTIN, Prefeito Municipal de Barracão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica FAÇO SABER que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 137.962,57 (cento e trinta e sete mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos) para execução de reforma da Capela São José, localizada no Distrito de São José, no Município de Barracão/PR, conforme Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e contrato.

As despesas serão oneradas na seguinte Dotação Orçamentária:

1200 – SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

12001 – INCENTIVO A INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO


2.042 – Incentivo ao Turismo

456 4.4.90.51.0000.000000.01.07.00.00.2.500 – Obras e Instalações R\$ 137.962,57

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no Artigo 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 137.962,57 (cento e trinta e sete mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos) do Superávit Financeiro da Fonte de Recurso 0000.000000.01.07.00.00.2.500 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barracão/PR, 06 de fevereiro de 2026.


JORGE LUIZ SANTIN
Prefeito

DECRETO Nº 060/2026

Cod460231

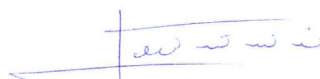
JORGE LUIZ SANTIN, Prefeito do Município de Barracão, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 048/2026.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barracão/PR, 04 de fevereiro de 2026.


JORGE LUIZ SANTIN
PREFEITO

Cod460181

**DECRETO Nº 63/2026
DE 6 DE FEVEREIRO DE 2026.**

Súmula: Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município de Barracão no valor de R\$137.962,57(cento e trinta e sete mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), conforme especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRACÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BARRACÃO e autorização contida na Lei Municipal nº 2524/2026, de 6 de Fevereiro de 2026.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 137.962,57(cento e trinta e sete mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos) , para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO

12.001 - INCENTIVO A INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO

Incentivo ao Turismo

23.895.18.2042.44905100000000 - OBRAS E INSTALAÇÕES

00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários

R\$137.962,57

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -

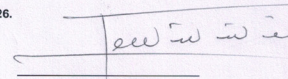
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários

R\$137.962,57

Art. 3º - Ficam compatibilizadas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2026 e do Plano Plurianual 2022-2025, em valores iguais aos alterados nos artigos anteriores nos respectivos programas, órgãos e ações respectivas, em conformidade com o que dispõe a Lei Municipal nº 2524/2026.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 6 de Fevereiro de 2026, revogado as disposições em contrário.

Barracão / PR, 6 de Fevereiro de 2026.


JORGE LUIZ SANTIN
Prefeito Municipal

Cod460217

**DECRETO Nº 64/2026
DE 6 DE FEVEREIRO DE 2026.**

Súmula: Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município de Barracão no valor de R\$70.000,00(setenta mil reais), conforme especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRACÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BARRACÃO e autorização contida na Lei Municipal nº 2525/2026, de 6 de Fevereiro de 2026.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 70.000,00(setenta mil reais) , para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07.000 - SECRETARIA DE SAÚDE

07.004 - CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE

Atividades do Consórcio Intergestores Paraná Saúde

10.303.7.2025.33723000000000 - MATERIAL DE CONSUMO

00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002

Saude-Recursos Vinculadas

R\$70.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

07.000 - SECRETARIA DE SAÚDE

07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Assistência Hospitalar e Ambulatorial - MAC

10.302.7.2020.33903900000000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA

00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002

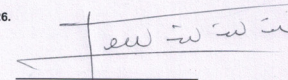
Saude-Recursos Vinculadas

R\$70.000,00

Art. 3º - Ficam compatibilizadas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2026 e do Plano Plurianual 2022-2025, em valores iguais aos alterados nos artigos anteriores nos respectivos programas, órgãos e ações respectivas, em conformidade com o que dispõe a Lei Municipal nº 2525/2026.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 6 de Fevereiro de 2026, revogado as disposições em contrário.

Barracão / PR, 6 de Fevereiro de 2026.


JORGE LUIZ SANTIN
Prefeito Municipal

Cod460218

**DECRETO Nº 65/2026
DE 6 DE FEVEREIRO DE 2026.**

Súmula: Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município de Barracão no valor de R\$165.000,00(cento e sessenta e cinco mil reais), conforme específica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRACÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BARRACÃO e autorização contida na Lei Municipal nº 2526/2026, de 6 de Fevereiro de 2026.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 165.000,00(cento e sessenta e cinco mil reais) , para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO**12.001 - INCENTIVO A INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO****Incentivo ao Turismo**

23.695.18.2042.44905100000000 - OBRAS E INSTALAÇÕES

01018.01016.12.99.00.00.2.706.0000 (SF) - Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art.166-A da E.C.105/2019) R\$165.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

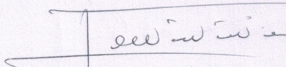
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -

01018.01016.12.99.00.00.2.706.0000 (SF) - Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art.166-A da E.C.105/2019) R\$165.000,00

Art. 3º - Ficam compatibilizadas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2026 e do Plano Plurianual 2022-2025, em valores iguais aos alterados nos artigos anteriores nos respectivos programas, órgãos e ações respectivas, em conformidade com o que dispõe a Lei Municipal nº 2526/2026.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 6 de Fevereiro de 2026, revogado as disposições em contrário.

Barracão / PR, 6 de Fevereiro de 2026.


JORGE LUIZ SANTIN
Prefeito Municipal

Cod460219

**DECRETO Nº 66/2026
DE 6 DE FEVEREIRO DE 2026.**

Súmula: Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município de Barracão no valor de R\$218.971,33(duzentos e dezoito mil, novecentos e setenta e um reais e trinta e três centavos), conforme específica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRACÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BARRACÃO e autorização contida na Lei Municipal nº 2527/2026, de 6 de Fevereiro de 2026.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 218.971,33(duzentos e dezoito mil, novecentos e setenta e um reais e trinta e três centavos) , para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07.000 - SECRETARIA DE SAÚDE**07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****Atenção Básica em Saúde**

10.301.7.2019.44905200000000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

00518.00518.12.02.06.20.2.601.3110 (SF) - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde R\$218.971,33

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

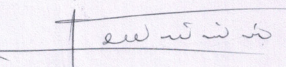
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -

00518.00518.12.02.06.20.2.601.3110 (SF) - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde R\$218.971,33

Art. 3º - Ficam compatibilizadas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2026 e do Plano Plurianual 2022-2025, em valores iguais aos alterados nos artigos anteriores nos respectivos programas, órgãos e ações respectivas, em conformidade com o que dispõe a Lei Municipal nº 2527/2026.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 6 de Fevereiro de 2026, revogado as disposições em contrário.

Barracão / PR, 6 de Fevereiro de 2026.


JORGE LUIZ SANTIN
Prefeito Municipal

Cod460220

**DECRETO Nº 67/2026
DE 6 DE FEVEREIRO DE 2026.**

Súmula: Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município de Barracão no valor de R\$2.586.960,96(dois milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, novecentos e sessenta reais e noventa e seis centavos), conforme específica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRACÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BARRACÃO e autorização contida na Lei Municipal nº 2528/2026, de 6 de Fevereiro de 2026.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.586.960,96(dois milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, novecentos e sessenta reais e noventa e seis centavos) , para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04.000 - SECRETARIA DE OBRAS**04.003 - DIVISÃO DE URBANISMO****Manutenção da Divisão de Urbanismo**

15.452.10.2012.33903000000000 - MATERIAL DE CONSUMO

00507.00507.99.99.00.00.2.751.0000 (SF) - COSIP-Contribuição de Iluminação Pública,Art.149-A,CF R\$200.000,00

04.000 - SECRETARIA DE OBRAS**04.003 - DIVISÃO DE URBANISMO**

15.452.10.2012.33903000000000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA

00507.00507.99.99.00.00.2.751.0000 (SF) - COSIP-Contribuição de Iluminação Pública,Art.149-A,CF R\$400.000,00

07.000 - SECRETARIA DE SAÚDE**07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****Atenção Básica em Saúde**

10.301.7.2019.31901100000000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOA CIVIL

00494.00494.09.02.06.20.2.600.0000 (SF) - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde R\$246.047,64

07.000 - SECRETARIA DE SAÚDE**07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.7.2019.33903000000000 - MATERIAL DE CONSUMO

00494.00494.12.02.06.20.2.600.3110 (SF) - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde R\$235.423,85

07.000 - SECRETARIA DE SAÚDE**07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.7.2019.33903000000000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITO

00494.00494.12.02.06.20.2.600.3110 (SF) - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde R\$171.638,92

07.000 - SECRETARIA DE SAÚDE**07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.7.2019.33903000000000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO

[PMB] Decreto de Alterações Orçamentárias - [PMB] Decreto de... <https://prod-plat-execucoes.s3.sa-east-1.amazonaws.com/ibfc424...>

**ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRACÃO**

00494.00494.12.02.06.20.2.600.3110 (SF) - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde R\$100.000,00

07.000 - SECRETARIA DE SAÚDE**07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.7.2019.33903000000000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA

00494.00494.12.02.06.20.2.600.3110 (SF) - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde R\$777.857,60

07.000 - SECRETARIA DE SAÚDE**07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.7.2019.33904000000000 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

00494.00494.12.02.06.20.2.600.3110 (SF) - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde R\$36.328,93

07.000 - SECRETARIA DE SAÚDE**07.002 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE - CONSUD****Atividades do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONSUD**

10.302.7.2023.33723900000000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA

00494.00494.12.02.06.20.2.600.3110 (SF) - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde R\$419.664,02

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -

00494.00494.09.02.06.20.2.600.0000 (SF) - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde R\$246.047,64

00494.00494.12.02.06.20.2.600.3110 (SF) - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde R\$235.423,85

00494.00494.12.02.06.20.2.600.3110 (SF) - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde R\$171.638,92

00494.00494.12.02.06.20.2.600.3110 (SF) - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde R\$100.000,00

00494.00494.12.02.06.20.2.600.3110 (SF) - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde R\$777.857,60

00494.00494.12.02.06.20.2.600.3110 (SF) - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde R\$36.328,93

00494.00494.12.02.06.20.2.600.3110 (SF) - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde R\$419.664,02

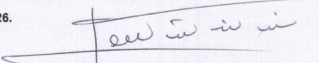
00507.00507.99.99.00.00.2.751.0000 (SF) - COSIP-Contribuição de Iluminação Pública,Art.149-A,CF R\$200.000,00

00507.00507.99.99.00.00.2.751.0000 (SF) - COSIP-Contribuição de Iluminação Pública,Art.149-A,CF R\$400.000,00

Art. 3º - Ficam compatibilizadas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2026 e do Plano Plurianual 2022-2025, em valores iguais aos alterados nos artigos anteriores nos respectivos programas, órgãos e ações respectivas, em conformidade com o que dispõe a Lei Municipal nº 2528/2026.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 6 de Fevereiro de 2026, revogado as disposições em contrário.

Barracão / PR, 6 de Fevereiro de 2026.


JORGE LUIZ SANTIN
Prefeito Municipal

Cod460221

DECRETO Nº 069/2026

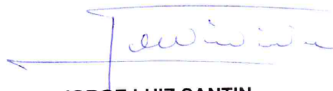
JORGE LUIZ SANTIN, Prefeito do Município de Barracão, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 039/2026.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barracão/PR, 06 de fevereiro de 2026.


JORGE LUIZ SANTIN
PREFEITO

PORTARIA Nº 016/2026

Cod460225

CONVOCAÇÃO

JORGE LUIZ SANTIN, Prefeito do Município de Barracão, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação em vigor,

CONSIDERANDO o resultado final do Processo Seletivo nº 001/2025, conforme Edital nº 012/2025, homologado pelo Decreto nº 355/2025;

CONSIDERANDO que a contratação não excede o limite de gastos com pessoal;

RESOLVE:

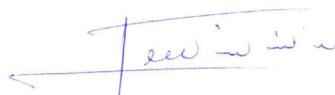
Art. 1º. Convocar as candidatas abaixo relacionadas para comparecimento junto ao Divisão de Recursos Humanos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para ciência do termo de convocação e demais procedimentos necessários para a posse no respectivo cargo:

PROFESSOR

| | NOME | COLOCAÇÃO |
|---|----------------------------------|-----------|
| 1 | TATIANE KLEINIBING DO NASCIMENTO | 1º |
| 2 | ALCINÉIA VARGAS DOS SANTOS | 2º |
| 3 | ANDREIA KARINA ANDREOLA | 3º |
| 4 | GRACIELE RODRIGUES TELES | 4º |
| 5 | ALINE SALAZAR SERAFINI | 5º |

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Barracão- PR, 04 de fevereiro de 2026.


JORGE LUIZ SANTIN
PREFEITO

Cod460182

CERTIDÃO

CERTIFICAMOS, para os devidos fins que a Sr^a. **EDUARDA MACHADO FIGUEREDO**, brasileira, inscrita no CPF sob n.º 104.702.609-04, residente e domiciliada na Rua Universitária, n.º 1476, cidade e Comarca de Cascavel/PR, devidamente inscrita no Concurso Público 001/2024, Edital 015/2025, para o cargo de ENFERMEIRO, classificada em 1º lugar, **NÃO** compareceu junto a esta municipalidade para assumir a vaga, a qual foi devidamente convocada através da Portaria nº 012/2026 de 26 de janeiro de 2026 e publicada no Jornal Tribuna Regional em 28 de janeiro de 2026, edição 2682, sendo que a Divisão de Recursos Humanos entrou em contato através do número (45) 99937-5210, a mesma nos informou que não assumiria a vaga, e o prazo para assinar o Termo de Compromisso inspirou em 04.02.2026.

E para que surta os efeitos a que se destina, firmo a presente.

Barracão/PR., 05 de fevereiro de 2026.


Vera Nadia Pelissari

Chefe de Divisão de Recursos Humanos

Cod460180

EXTRATO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO PROCESSO SELETIVO 01/2025

CONTRATANTE: Município de Barracão-PR
CONTRATADO: **EVANDRO MULLER ALVES**
OBJETO: VETERINARIO 40h
VALOR: R\$ **4.765,26**
VIGÊNCIA: **06/01/2026 até 06/01/2027**

EXTRATO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO PROCESSO SELETIVO 01/2025

CONTRATANTE: Município de Barracão-PR
CONTRATADO: **LUANA VITORIA DA ROSA SIMON**
OBJETO: ENGENHEIRO AMBIENTAL 20h
VALOR: R\$ **4.521,34**
VIGÊNCIA: **02/02/2026 até 02/02/2027**

Cod460232

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRAÇÃO

CONVOCAÇÃO

Prezados Senhores: Vimos pelo presente convocar Vossas Excelências para Reunião a se realizar em 11 de Fevereiro (quarta-feira) do corrente ano, as 8h30 ,na Sede da Câmara de Vereadores, onde serão debatidos assuntos referentes a atualização do Regimento Interno e Lei Orgânica do Município de Barracão.

RENAN VANIN

JEDIELSON PETRY TASSO

CARLOS GESNER ALVES

LEANDRO HAHN
PRESIDENTE COMISSÃO

Barracão/Pr, 06 de fevereiro de 2026

Cod460200

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

DECRETO Nº 010/2026

Súmula: Retifica o Decreto nº 117, de 06 de novembro de 2025, que declarou de utilidade pública imóvel para fins de desapropriação, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO que o Decreto nº 117, de 06 de novembro de 2025, declarou de utilidade pública, para fins de intervenção na propriedade privada, o imóvel LOTE Nº 01, QUADRA Nº 168 – Parte da Matrícula nº 8.588. Área: 60.500,00 m² ou 6,0500há., ou=2,5 Alqueires, Local: (ÁREA DE EXPANSÃO URBANA). Município: de Coronel Domingos Soares – Comarca de Palmas – PR. Proprietário: JOSÉ FERREIRA DE ALMEIDA;

CONSIDERANDO que, por erro material, o texto do referido decreto fez menção ao instituto da “servidão administrativa”, quando o objeto e a finalidade do ato sempre foram a “desapropriação” plena do imóvel para imóvel LOTE Nº 01, QUADRA Nº 168 – Parte da Matrícula nº 8.588. Área: 60.500,00 m² ou 6,0500há., ou=2,5 Alqueires, Município de Coronel Domingos Soares, para fins de expansão da área urbana;

CONSIDERANDO que, com base no referido ato declaratório, foi celebrado acordo amigável com o proprietário do imóvel, tendo sido o valor da justa indenização devidamente pago pela Administração Pública;

CONSIDERANDO a recusa do Tabelionato de Notas em lavrar a competente Escritura Pública de desapropriação em razão da divergência terminológica presente no decreto, o que impede a formalização da transferência da propriedade ao patrimônio público;

CONSIDERANDO o poder-dever de autotutela da Administração Pública, que lhe impõe a obrigação de corrigir seus próprios atos quando eivados de vícios, especialmente os sanáveis, como o erro material;

CONSIDERANDO, por fim, os princípios da eficiência, da segurança jurídica e da economia processual, que recomendam o aproveitamento dos atos já praticados e o saneamento do procedimento para o atingimento da finalidade pública,

DECRETA

Art. 1º Fica retificado o erro material constante no Decreto nº 117, de 06 de novembro de 2025, para fazer constar que o instituto de intervenção na propriedade privada a que se refere é a desapropriação, que tem por legislação base a Constituição Federal, a Lei 10.257/2001 (Estatuto das Cidades) e a chamada lei geral da desapropriação Dec. Lei 3.365/41.

Art. 2º Ficam expressamente ratificados todos os demais termos do Decreto nº 117/2025, bem como todos os atos subsequentes dele decorrentes, em especial o acordo amigável celebrado com o expropriado e o correspondente pagamento da indenização, o qual é reconhecido como justo, integral e definitivo para a quitação da desapropriação ora convalidada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRE-SE.

Coronel Domingos Soares PR, 06 de fevereiro de 2026.

MARIA ANTONIETA DE ARAÚJO ALMEIDA

PREFEITA MUNICIPAL

Cod460245

MEMORIAL DESCRITIVO

Identificação do Imóvel :

Denominação: QUADRA Nº 168, LOTE Nº 01 – Parte da Matrícula Nº 8.588

Área : 60.500,00 m² ou 6,0500há., ou=2,5 Alqs.

Local : (ÁREA DE EXPANSÃO URBANA)

Município: de Coronel Domingos Soares – Comarca de Palmas – PR.

Proprietário : JOSÉ FERREIRA DE ALMEIDA

Descrição do Perímetro:

Partindo de um ponto denominado 0=pp, cravado na divisa do terreno de Volnei Barbieri, e divisa com a Rua Projetada(E), do Loteamento Barbieri, nas seguintes Coordenadas UTM: 397.451,13m, e 7.099.451,13m.


Segue por linha seca, confrontando com o terreno de Volnei Barbieri, e também o terreno de José Ferreira de Almeida, pelo seguinte Azimute: 49º03'52", e pela seguinte distância: 339,48m., nas seguintes Coordenadas UTM: 397.691,79m, e 7.099.812,38m., até outro ponto.

Segue por linha seca, dividindo com o terreno de José Ferreira de Almeida, pelo seguinte azimute : 141º19'24", e distância respectiva de : 205,07m, nas seguintes Coordenadas UTM: 397.819,58m, e 7.099.650,70m., até outro ponto.

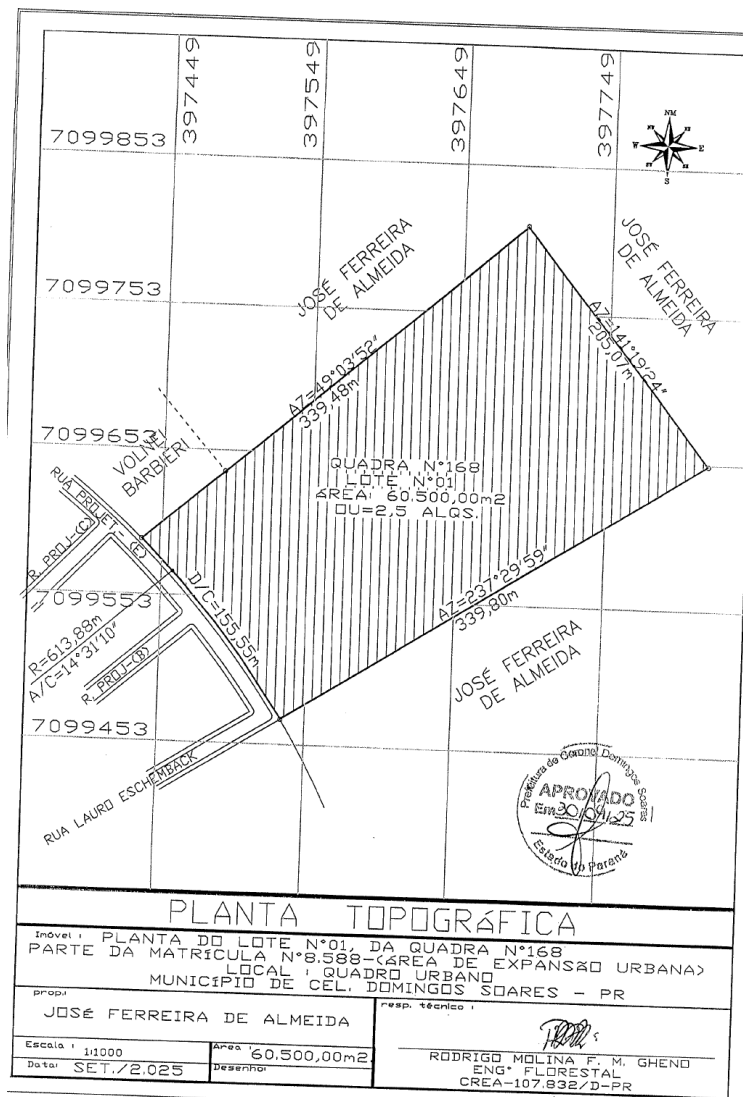
Segue por linha seca, dividindo com o terreno de José Ferreira de Almeida, com o seguinte azimute : 237º29'59", distância respectiva de : 339,80m, nas seguintes Coordenadas UTM: 397.532,69m, e 7.099.470,00m., até outro ponto cravado na divisa da Rua Projetada(E), do Loteamento Barbieri.

Segue confrontando com a Rua Projetada(E), do Loteamento Barbieri, em Desenvolvimento de Curva, numa distância de 155,55m, até o ponto de partida, início desta descrição.

Coronel Domingos Soares, 26 de Setembro de 2.025.


Rodrigo M. F. M. Gheno
Engenheiro Florestal
CREA-PR 107.832/D





PORTARIA Nº 025/2026

A Prefeita Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o contido no requerimento protocolado sob o nº 050/2026, em conformidade com o Artigo nº 119 da Lei 495/2010, RESOLVE:

INTERROMPER

Art. 1º- A pedido, a LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES, da servidora pública municipal Sra. TATIANA CUSTÓDIO DE OLIVEIRA, portadora da Carteira de Identidade RG nº 10.XXX.647-X/PR, ocupante do cargo de Professora, devendo retornar ao exercício de suas funções, a partir de 02 de fevereiro de 2025, ficando computado o tempo de licença num total de 185 dias.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando na íntegra a Portaria nº 234/2025 de 07 de agosto de 2025.

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRE-SE.

Coronel Domingos Soares PR., em 03 de fevereiro de 2026.

MARIA ANTONIETA DE ARAÚJO ALMEIDA

PREFEITA MUNICIPAL

TERMO ADITIVO 3

CONTRATO 9/2023-PMCDs

Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de sistema de gerenciamento de Competições esportivas, várias modalidades e competições., planilhas de escolinhas de base, relatórios esportivos, divulgações com arte de tabelas e competições.

Pelo presente instrumento particular o MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, representado neste ato pela Prefeita Maria Antonieta de Araújo Almeida, brasileira, casada, residente e domiciliado em Cel. Domingos Soares/PR a Rua Lauro Eschembach, nº 21, de CPF nº 396.207.199-72 e

RG nº 1445025-4 (SSP/PR) em pleno exercício de seu mandato e funções, e MARCOS ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS, pessoa jurídica de direito privado, com sede a AV. XV DE NOVEMBRO, 4080-CEP: 85560000-BAIRRO: , Chopinzinho/PR, inscrita no CNPJ sob nº 02.476.734/0001-77 neste ato devidamente representada por MARCOS ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS de CPF 722.773.439-00, têm entre si justa e acordada a celebração do presente Termo Aditivo de Contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Das alterações

Considerando a necessidade do serviço público, com fulcro no art. 57 da Lei nº 8.666/93 aliado ao contido em Contrato, houve por bem entre as partes aditar referido termo em seus prazos de execução, constante da Cláusula terceira em adicionais de 12 (doze) meses no que diz respeito ao objeto contratual, finalizando a execução em 08/02/2027 e vigência em 08/02/2027.

Adita-se a Clausula Quarta, com base nos índices do INPC acumulados no período imediatamente anterior, correspondendo ao índice percentual acumulado de 3,897870%, entre fevereiro de 2025 e dezembro de 2025.

Adita-se também a Clausula Quarta, sendo favorável pela Autoridade Superior a solicitação de Reequilíbrio financeiro, compondo doravante o seguinte importe unitário:

| Lote | Item | Descrição do produto/serviço | Unidade de medida | Reajuste unitário | Reequilíbrio econômico | Preço total reajustado |
|------|------|---|-------------------|-------------------|------------------------|------------------------|
| 01 | 01 | Sistema gerenciador de competições, onde o Departamento de Esportes poderá utilizar várias modalidades e competições ao mesmo tempo, ter acesso ao sistema completo e suporte diariamente sem custo adicional, planilha para categorias de base, relatórios das competições como, cartões, gols, classificação das equipes, tabela de jogos, súmulas, relatórios de resultados, logos e artes para divulgar jogos. Utilização por 12 meses. | UN | R\$103,75 | R\$ 561,66 | R\$ 3.327,06 |

O presente termo importara em um valor total de 3.327,06 (Três Mil, Trezentos e Vinte e Sete Reais e Seis Centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: Do Conhecimento do Termo Aditivo

Ao firmar este instrumento declaram as PARTES terem plena ciência de seu conteúdo, sendo que as alterações passam a vigorar a partir da data de assinatura deste termo, permanecendo as demais cláusulas dos Contratos em tela inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do Foro Competente

As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Palmas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, a fim de que produza seus efeitos legais.

Coronel Domingos Soares-PR., 05/02/2026.

Município de Coronel Domingos Soares
Contratante

Contratado

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 002/2025 EDITAL Nº 068/2026 – Convocação de Aprovados

Cod460187

O MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n. 01614415/0001-18, com sede na Avenida Araucária, n. 3120, neste ato representado pela Prefeita Municipal Maria Antonieta de Araújo Almeida, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Lauro Eschembach-Centro, Coronel Domingos Soares/PR, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 1060/2022 e suas modificações e ainda, com fundamento no art. 37, IX da Constituição Federal, e no artigo 6º da Lei Municipal nº 816/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025 e conforme Edital nº 007/2025 – Classificação Final dos Aprovados e Homologação do Resultado Final e em conformidade com os Decretos nº 068/2025, 076/2025, 082/2025, 088/2025,090/2025,105/2025, 111/2025,124/2025, 001/2026,003/2026 e 009/2026, que alterou o nº de vagas, RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO

1º-A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, conforme Edital nº 001/2025, Edital de Homologação do Resultado Final nº 007/2025 e Decretos 068/2025, 076/2025, 082/2025, 088/2025, 090/2025, 103/2025, 105/2025, 111/2025,124/2025, 001/2026,003/2026 e 009/2026;

2º-O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares, PR, no período de 09 a 13 de fevereiro de 2026, no horário das 09:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 12.2 do Edital nº 001/2025 e documentos indicados no anexo I deste edital.

3º-O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, será considerado como desistência, e será eliminado do presente Processo Seletivo.

4º-Será remetido para o final da lista o candidato que não tenha interesse imediato na vaga ofertada, conforme item 12.4 do Edital nº 001/2025:

| AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | | |
|-----------------------------|--------------------|------------|
| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATO | NASCIMENTO |
| 16º | FERNANDA MARTINS | 2/10/1989 |
| 17º | PATRICIA RODRIGUES | 9/5/1993 |

Contratante

Contratado

Cod460238

Publique-se.
Coronel Domingos Soares-Pr, em 06 de fevereiro de 2026.

MARIA ANTONIETA DE ARAÚJO ALMEIDA
PREFEITA MUNICIPAL

ANEXO I

A) Carteira de Identidade e do Título de Eleitor;
B) Documento comprovando quitação das obrigações Militar e Eleitoral;
C) Certificado ou diploma que comprove o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e da carteira de registro no respectivo Conselho Regional;
D) CPF;
E) CPF dos filhos e dependentes;
F) Comprovação da inexistência de antecedentes criminais; (Fórum)
G) Atestado de Saúde Ocupacional que poderá ser datado e emitido nos últimos 30 (trinta) dias, anteriores à data da contratação, expedido por Médico do Trabalho;
H) Carteira de Motorista, para “operador de máquinas categoria C”, para “Motorista categoria D”
I) Uma foto 3x4 recente;
J) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
K) Carteira de Trabalho;
L) Certidão de Casamento;
M) Certidão de Nascimento;
N) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 15 anos;
O) Declaração Imposto de Renda e ou Declaração de bens, direitos e valores pertencentes ao Patrimônio do candidato (Art.13, da Lei Federal 8.429/92).
P) Trazer anotado nº de celular e e-mail;
Q) Comprovante de residência atualizado;
R) Para contratação, deve ser respeitada a Acumulação Legal de Cargos e a compatibilidade horário do cargo, devendo o candidato preencher Ficha de Acúmulo de cargo que será disponibilizado pela Divisão de Recursos Humanos;
Os documentos deverão ser apresentados na forma de cópia autenticada em cartório competente ou mera cópia, desde que acompanhada do original, para conferência, no ato da apresentação.

Cod460222

TERMO ADITIVO 5
CONTRATO 127/2022-PMCDs

Objeto: Contratação de empresa para coleta e transporte com destinação final ambientalmente adequada de Resíduos Sólidos Domiciliares no âmbito do município de Coronel Domingos Soares/PR.

Pelo presente instrumento particular o MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, representado neste ato pela Prefeita Maria Antonieta de Araújo Almeida, brasileira, casada, residente e domiciliado em Cel. Domingos Soares/PR a Rua Lauro Eschemback, nº 21, de CPF nº 396.207.199-72 e RG nº 1445025-4 (SSP/PR) em pleno exercício de seu mandato e funções, e ELEANORA APARECIDA SCONGINSKI, pessoa jurídica de direito privado, com sede a RUA BENJAMIM GUSTMANN, 1770–CEP: 85557000–BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL, Coronel Domingos Soares/PR, inscrita no CNPJ sob nº 26.840.795/0001-30 neste ato devidamente representada por ELEANORA APARECIDA SCONGINSKI de CPF 064.749.159-19, têm entre si justa e acordada a celebração do presente Termo Aditivo de Contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Das alterações

Adita-se a Clausula Quarta, sendo favorável pela Autoridade Superior a solicitação de Reequilíbrio financeiro, compondo doravante o seguinte importe unitário:

| Lote | Item | Descrição do produto/serviço | Unidade de medida | Reajuste unitário | Preço unitário reajustado |
|------|------|--|-------------------|-------------------|---------------------------|
| 01 | 01 | Coleta e transporte com destinação final ambientalmente adequada de Resíduos Sólidos Domiciliares no âmbito do município de Coronel Domingos Soares/PR | MÊS | R\$ 2.096,06 | R\$ 45.797,94 |

CLÁUSULA SEGUNDA: Do Conhecimento do Termo Aditivo

Ao firmar este instrumento declaram as PARTES terem plena ciência de seu conteúdo, sendo que as alterações passam a vigorar a partir da data de assinatura deste termo, permanecendo as demais cláusulas dos Contratos em tela inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do Foro Competente

As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Palmas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, a fim de que produza seus efeitos legais.

Coronel Domingos Soares–PR., 06/02/2026.

Município de Coronel Domingos Soares

Diário Oficial

dos Municípios do
Sudoeste do Paraná

Segunda-Feira, 09 de Fevereiro de 2026

Ano XV – Edição Nº 3547

Página 14 / 031

CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

DIOEMS



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil. A Huner TI Colaborativa da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site.



OBSERVATÓRIO NACIONAL

Certificação Oficial de Tempo do Observatório Nacional - Ministério da Ciência e Tecnologia

Para consultar a autenticidade do carimbo do tempo, informe o código ao lado no site.



867624825

<http://dioems.com.br/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

RETIFICAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 05

“ONDE SE LÊ: 30 DE JANEIRO DE 2023”

“LEIA-SE: 06 DE FEVEREIRO DE 2026”

Complementa o Decreto Municipal “ONDE SE LÊ: nº 31, de 30 de dezembro de 2025”, “LEIA-SE: nº 39 de maio de 2025”, para regulamentar, no âmbito da Administração Pública Municipal de Nova Esperança do Sudoeste/PR, o Sistema de Registro de Preços e dá outras providências.

O PREFEITO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, Estado do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Decreto complementa o Decreto Municipal “ONDE SE LÊ: nº 51, de 19 de dezembro de 2023”, “LEIA-SE: nº 39 de maio de 2025” e regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal de Nova Esperança do Sudoeste/PR, o Sistema de Registro de Preços. A ata de registro de preços poderá sofrer reajuste, repactuação e revisão nas hipóteses legais.

Parágrafo único. A ata de registro de preços poderá sofrer acréscimo quantitativo em no máximo 25% durante sua vigência, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, estando em compatibilidade com os valores de mercado.

Nova Esperança do Sudoeste/PR, 06 de fevereiro de 2026.

JAIME DA SILVA STANG

Prefeito Municipal

Cod460236

CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2022

EDITAL Nº. 001/2026.

O Prefeito Municipal de Nova Esperança do Sudoeste Estado do Paraná, JAIME DA SILVA STANG, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Edital de Concurso Público nº. 001/2022 de 01 de novembro de 2022, RESOLVE TORNAR PÚBLICO:

I – A convocação dos candidatos aprovados no Concurso Público, aberto através do Edital nº. 001/2022 de 01 de novembro de 2022, para o provimento do Cargo Público relacionado abaixo.

CONTADOR

| Inscrição | Candidato | Situação | Class. | Data Nasc. |
|-----------|--------------------|----------|--------|------------|
| 0189 | OZEIAS DE OLIVEIRA | APROV | 1º | 25/10/1981 |

II – Os candidatos convocados têm o prazo de 02 (dois) dias úteis, para aceitar ou não a vaga existente no quadro de pessoal, a contar de 09 de fevereiro de 2026.

III – Para prestar o pronunciamento quanto a aceitar ou não o cargo, o(s) candidato(s) deverá (ão) Encaminhar e-mail para: recursoshumanos@novaesperancadosudoeste.pr.gov.br ou dirigir-se a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, munidos dos documentos pessoais.

IV – O Candidato que não comparecer ou se pronunciar até as 17h30min do dia 11 de fevereiro de 2026, será automaticamente eliminado do Concurso Público, aberto através de Edital nº. 001/2022 de 01 de novembro de 2022.

V – O disposto no presente Edital obedece aos preceitos contidos na Legislação de Concurso Público e demais disposições legais vigentes.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, em 06 de fevereiro de 2026.

JAIME DA SILVA STANG

PREFEITO MUNICIPAL

Cod460224

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

PORTARIA Nº. 03/2026

EMENTA: Concede Progressão Horizontal ao Servidor Público da Câmara Municipal de Vereadores, e dá outras providências.

Alencar Jose Luchtenberg, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Avanço Horizontal, ao Servidor abaixo nominado, ocupante de cargo em provimento efetivo, por ter cumprido dois (02) anos de efetivo exercício, de acordo com o Art. 41, da Lei Municipal 1.013, de 17 de março de 2020, da Referência I para a Referência II, conforme o Anexo II – Plano de Carreira (Tabela de Progressão) da mesma Lei, e sendo aprovado na Avaliação de Desempenho Por Objetivos, realizada pela Comissão criada através da Portaria nº 08/2025; a partir de 21 de janeiro de 2026:

| NOME | MATRÍCULA | CARGO | REF. ANTERIOR | REF. ATUAL |
|--------------------------------|-----------|----------------------|---------------|------------|
| Argemiro Neto Da Luz Rodrigues | 57-4/1 | Contador Legislativo | "I" | "II" |

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de janeiro de 2026.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, 06 de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

Alencar Jose Luchtenberg

Presidente da Câmara Municipal

Cod460214

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

EDITAL Nº 32/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS PARA SELEÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS TEMPORÁRIOS, CONFORME 02/2024 – PSS

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELO DO ARTIGO 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3062, DE 27 DE MARÇO DE 2024 E ALTERAÇÕES; CONSIDERANDO O EDITAL Nº 02/2024 DE ABERTURA DE SELEÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS TEMPORÁRIOS POR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS; CONSIDERANDO O EDITAL Nº 07/2024 DE CLASSIFICAÇÃO FINAL; CONSIDERANDO O EDITAL Nº 15/2024, DE AMPLIAÇÃO DE VAGAS; FIXA PRAZO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO PREVISTA NO EDITAL 02/2024, CONVOCA OS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS A COMPARECEREM NA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA. O NÃO COMPARECIMENTO DENTRO DO PRAZO ESTIPULADO IMPLICARÁ NA DESISTÊNCIA,

RESOLVE

TORNAR O PRESENTE EDITAL, COM A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS SELECIONADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS REGIDO PELO EDITAL Nº 02/2024, DATADO DE 31 DE JULHO DE 2024, CONFORME ANEXO.

CLASSIFICAÇÃO FINAL PSS – VÁRIOS CARGOS
AMPLA CONCORRÊNCIA
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (FEMININO)

| COLOCAÇÃO | NOME | DATA NASCIMENTO | PONTUAÇÃO |
|-----------|-----------------------------------|-----------------|-----------|
| 104 | ELIGIANE LEITE DOS SANTOS | 2/4/1981 | 21 |
| 105 | ALEXANDRA DE SOUZA | 24/4/1984 | 21 |
| 106 | ANA PAULA RENNER DE SOUZA | 11/1/1987 | 21 |
| 107 | FLÁVIA DOS ANJOS DOS SANTOS | 21/1/1992 | 21 |
| 108 | JAINE APARECIDA DE FREITAS | 3/11/1997 | 21 |
| 109 | CECILIA DA ROCHA MAIA DE OLIVEIRA | 29/1/1977 | 20 |

Cod460184

EXTRATO DO CONTRATO N.º 61/2026

PROCESSO Nº 15/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 10/2026

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: /01/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.161.181/0001-08, com sede na Avenida Clevelândia, nº 521, Município de Palmas, Estado do Paraná, representado legalmente neste ato pelo Senhor Prefeito **Daniel Ricardo Langaro**, brasileiro, residente e domiciliado neste Município de Palmas, Estado do Paraná.

CONTRATADA: PROJE ARTE LTDA, inscrita no CNPJ sob n. **49.478.385/0001-96**, com sede na Rua Valdice Santanna Mondrow, nº 118, na cidade de Palmeira – PR, CEP 84.130-000, neste ato legalmente representada pela Sra. **Kelle dos Santos Carneiro**.

OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preços 16/2025, vinculada ao Processo Licitatório do Pregão Eletrônico SRP nº 90/2024, para aquisição de luminárias públicas, destinadas à manutenção e expansão da rede de iluminação em vias e logradouros.

RECURSOS:

| | | | |
|------------------|---|------|-----------|
| 04.122.0005.2008 | Manutenção das Ações da Secretaria de Administração | 1000 | 3.3.90.30 |
| | | 1510 | 3.3.90.39 |
| | | 1511 | 4.4.90.52 |
| | | 3000 | |
| 15.452.0006.2020 | Iluminação Pública | 1507 | 3.3.90.30 |
| | | 3507 | 3.3.90.39 |

VALOR MÁXIMO: R\$ 505.300,00 (quinhentos e cinco mil e trezentos reais).

FATURAMENTO: a nota fiscal deverá ser apresentada na sede do CONTRATANTE acompanhada de Certidões Negativas Municipal, Estadual, Federal/INSS, Trabalhista e de Regularidade do FGTS

APLICAÇÃO DE MULTA: compete à Administração contratante a aplicação de multas.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

FORO: Comarca de Palmas, Estado do Paraná.

Cod460246

Edital nº 19/2025

Edital de Convocação dos Candidatos do Processo Seletivo Simplificado - PSS para seleção de Servidores Públicos Temporários, conforme Edital nº 02/2025 – PSS

O Prefeito do Município de Palmas, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pelo do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal nos termos da Lei Municipal nº 3135, de 16 de maio de 2025; Considerando o Edital nº 02/2025 de Abertura de Seleção de Servidores Públicos Municipais Temporários por Processo Seletivo Simplificado – PSS; Considerando o Edital nº 08/2025 de Classificação Final; convoca os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na Divisão de Recursos Humanos no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação deste. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na desistência,

Resolve:

TORNAR o presente Edital, com a Convocação dos candidatos selecionados no Processo Seletivo Simplificado – PSS regido pelo Edital nº 02/2025, datado de 24 de julho de 2025, conforme anexo.

CLASSIFICAÇÃO FINAL PSS – VÁRIOS CARGOS 2025

AFRO/QUILOMBOLA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL/INFANTIL

| | NOME | D. NASCIMENTO | PONTUAÇÃO |
|----|--------------------------------|---------------|-----------|
| 8º | ANGELA APARECIDA PUTON DE LIMA | 30/1/1980 | 21 |
| 9º | NAIANI NUNES LEMES | 12/4/1988 | 21 |

AMPLA CONCORRÊNCIA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL/INFANTIL

| | NOME | D. NASCIMENTO | PONTUAÇÃO |
|-----|---|---------------|-----------|
| 42º | DANIELE BATISTA DE OLIVEIRA | 30/6/2005 | 22 |
| 43º | SAMIRA DOS ANJOS SOARES | 14/8/2006 | 22 |
| 44º | PABLO HENRIQUE DIAS DONNER | 11/11/2007 | 22 |
| 45º | IUNERZA TIBA | 3/8/1965 | 21 |
| 46º | ELIANE APARECIDA RODRIGUES PERETTI | 20/1/1966 | 21 |
| 47º | CLEONICE APARECIDA DALCIN | 5/10/1969 | 21 |
| 48º | ROSEMERI APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA | 30/9/1976 | 21 |
| 49º | MONICA APARECIDA SANTOS SOUZA | 8/10/1978 | 21 |

Cod460171

DECRETO Nº 4.540

Súmula: "Dispõe sobre a adesão do Município de Palmas a Ata de Registro de Preços nº 049/2025, Registro de Preço nº 949/6/2025, Processo Administrativo 08/2025, referente ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte do Paraná – CISNOP"

O Prefeito do município de Palmas/PR, Daniel Ricardo Langaro, no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei; resolve:

DECRETAR

Art. 1º – O Município de Palmas, Estado do Paraná, adere à Ata de Registro de Preços nº 049/2025, Registro de Preço nº 949/6/2025, Processo Administrativo 08/2025, referente ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte do Paraná – CISNOP, para a futura e a eventual aquisição de 03 (três) veículos tipo van 16 lugares, conforme autorização formal do órgão gerenciador e aceite/anuência do fornecedor.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palmas, em 06 de fevereiro de 2026.

Daniel Ricardo Langaro

Prefeito

Cod460241

PORTARIA Nº 22.529

O Prefeito do município de Palmas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na alínea "a", inciso II do art. 99 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a parte final do inciso II, do art. 37 da Constituição Federal; Considerando o Protocolo nº 780/2026 – 1Doc, datado de 05 de fevereiro de 2026; resolve:

EXONERAR

Art. 1º – A pedido, a Sra. REGIANE DA CRUZ ALVES, inscrita no CPF/MF nº 097.569.939-36, do PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – PSS, junto à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, regime celetista, admitida em 08/09/2025, a contar de 05 de fevereiro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palmas, 05 de fevereiro de 2026.

Daniel Ricardo Langaro

Prefeito

Cod460185

PORTARIA Nº 22.530

O Prefeito Municipal de Palmas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na alínea "a", inciso II do art. 99 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a parte final do inciso II, do art. 37 da Constituição Federal; Considerando o Protocolo nº 814/2026; resolve:

EXONERAR

Art. 1º – A pedido, o Sr. LUIZ CARLOS RAMOS GODOY, inscrito no CPF/MF nº 075.832.219-43, ocupante do cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM-PSS, admitido em 23/09/2024, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Regime Celetista, a contar de 06 de fevereiro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Palmas, PR, 06 de fevereiro de 2026.

Daniel Ricardo Langaro

Prefeito

Cod460244

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRANCHITA

DECRETO Nº 014/2026

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PRANCHITA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRANCHITA, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e considerando

- os artigos 205, 206 e 207 da Constituição Federal de 1988;
- os artigos 53, 54 e 58 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- a Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei Das Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- a Lei Municipal Nº 967/2012– Lei dos Planos de Cargos, Carreira e Remuneração para os Integrantes do Quadro do Magistério Público do Município de Pranchita.
- a Meta 06 da Lei Federal nº 13.005/2014–Plano Nacional da Educação;
- a Meta 06 da Lei Municipal Nº1106/2015- Plano Municipal da Educação e suas alterações;
- a Orientação N.º 005/2024–DEDUC/SEED–Orientação complementar para a elaboração da Política de Educação em Tempo Integral dos Municípios, no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral do Ministério da Educação;
- a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei n.º 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei n.º 14.172, de 10 de junho de 2021;
- a Deliberação CEE/PR n.º 02, 12 de setembro de 2018, que estabelece as normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
- a Deliberação CEE/PR n.º 03, de 22 de novembro de 2018, que estabelece as normas complementares que instituem o Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, com fundamento na Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e orientam a sua implementação no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná;
- a Deliberação CEE/PR n.º 03, de 05 de dezembro de 2023, que estabelece normas para a implementação da Educação Integral em Tempo Integral nas instituições de Educação Básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
- a Portaria MEC n.º 1.495, de 2 de agosto de 2023, que dispõe sobre a adesão e pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral;
- a Portaria MEC n.º 2.036, de 23 de novembro de 2023, que define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral;
- a Resolução CNE/CEB nº7 de 1º de Agosto de 2025 , que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para Educação Integral na Educação Básica.

DECRETA:

Art.1º. Fica instituída a Política de Educação Integral em Tempo Integral, nas Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Pranchita, com o intuito de garantir o desenvolvimento do sujeito nas dimensões: intelectual, emocional, social e cultural, contribuindo com a independência pessoal dos estudantes desde a Primeira Etapa da Educação Básica até final dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 2º. A Educação Integral em Tempo Integral busca o desenvolvimento do estudante em todas as suas dimensões–intelectual, física, emocional, social, cultural, ética, enfim prevê o desenvolvimento humano de forma global assegurando inclusão educacional, equidade, participação, justiça curricular e aprendizagem com qualidade social.

§1º a ampliação da jornada escolar da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Anos Iniciais representa um avanço significativo para diminuir as desigualdades sociais e ampliar as oportunidades de múltiplas aprendizagens obedecendo ao princípio da equidade educacional e realizada a partir de diagnóstico permanente a respeito das condições objetivas de infraestrutura física e pedagógica das escolas, alocação de profissionais de educação, necessidades associadas ao transporte e à alimentação escolar;

§ 2º a escola de tempo integral amplia as possibilidades da promoção de uma educação integral, e também contribui significativamente para a consolidação de um currículo integrado, capaz de promover o desenvolvimento da identidade pessoal e territorial, articuladas com os aspectos social, com potencial de promover a melhoria da qualidade da educação e elevar os níveis de aprendizagem a adoção de proposta curricular coerente com os princípios da Educação Integral, organizada para assegurar o desenvolvimento integral dos educandos em suas dimensões cognitiva, física, social, emocional, psicossocial, ética, ambientais, política, econômica e culturais da cidadania.

§ 3º A justiça curricular refere-se a um princípio de organização do currículo que estabelece como parâmetros para a tomada de decisões da gestão educacional, da gestão escolar e das práticas pedagógicas, a priorização de conhecimentos e conteúdos de ensino orientados para a promoção, defesa e compromisso com a garantia de uma vida digna para todas as pessoas; a explicitação e a materialização de uma ética do cuidado e do bem-viver nas relações entre o Estado e a sociedade e a construção de uma convivência solidária e democrática, comprometida com a realização cotidiana dos direitos humanos e a superação das múltiplas formas de exclusão, discriminação, preconceitos e opressão a adoção de proposta curricular coerente com os princípios da Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 3º. A Educação Integral em Tempo Integral caracteriza-se pelo tempo diferenciado de permanência dos estudantes na escola ou em atividades escolares e outros espaços educacionais com atendimento igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, totalizando no mínimo 1400 horas anuais, distribuídas em, pelo menos, 200 (duzentos) dias letivos.

§1º A oferta de matrículas em jornada escolar de tempo integral, obedecendo ao

princípio da equidade educacional e realizada a partir de diagnóstico permanente a respeito das condições objetivas de infraestrutura física e pedagógica das escolas, alocação de profissionais de educação, necessidades associadas ao transporte e à alimentação escolar.

§ 3º Integram a jornada escolar e compõem o processo educativo os tempos dedicados à alimentação, à higiene, à socialização e à convivência, assegurando intencionalidade pedagógica, infraestrutura e acompanhamento por profissionais qualificados.

§4º Os tempos de descanso, deslocamento interno, acolhimento e transição entre atividades devem ser planejados como parte da rotina escolar, respeitando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos, especialmente dos bebês e das crianças pequenas.

Art. 4º. A implementação da Educação Integral em Tempo Integral deverá observar, além dos princípios gerais estabelecidos no art. 206 da Constituição Federal de 1988, e no art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, os seguintes princípios específicos:

I–a promoção e defesa dos direitos humanos, da equidade, da diversidade e da inclusão social;

II–a justiça curricular;

III–a corresponsabilidade entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios na oferta da Educação Integral em Tempo Integral;

IV–a articulação intersetorial com políticas públicas do meio ambiente, saúde, assistência social, cultura, esporte, segurança alimentar e direitos da criança;

VI–a promoção da sustentabilidade socioambiental e da justiça climática;

VI–o reconhecimento da pluralidade de sujeitos da Educação Básica e de suas trajetórias, com valorização das identidades étnico-raciais, culturais, religiosas, territoriais, de gênero, de deficiência, de nacionalidade e de status migratório, e o compromisso com a reparação das desigualdades educacionais estruturais;

VII–a valorização da pluralidade cultural e linguística, com atenção à educação escolar, especial e bilíngue de surdos e reconhecimento e valorização das múltiplas linguagens, das ciências da natureza, das ciências humanas e sociais e da matemática;

VIII–a promoção de práticas pedagógicas inovadoras e interdisciplinares que garantam o desenvolvimento integral dos educandos;

IX–a gestão democrática e participativa da escola e do território educativo.

X–diárias ou trinta e cinco horas semanais e parte de suas turmas em jornada parcial.

Art. 5º. As dimensões da Educação Integral são assim definidas:

I- Dimensão física: compreensão das questões do corpo, do autocuidado e da atenção à saúde, da potência e da prática física e motora;

II- Dimensão emocional ou afetiva: questões do autoconhecimento, da auto confiança e capacidade de autorrealização, da capacidade de interação com empatia, do sentimento de pertencimento;

III- Dimensão social: compreensão das questões sociais, ao exercício da cidadania e vida política, ao reconhecimento e exercício de direitos e deveres, bem como responsabilidade para com o coletivo;

IV- Dimensão intelectual: apropriação das linguagens, códigos e tecnologias, ao exercício da lógica e da análise crítica, à capacidade de acesso e produção de informação, à leitura crítica do mundo;

V- Dimensão cultural: apreciação e fruição das diversas culturas, questões identitárias, produção cultural em suas diferentes linguagens, diferentes perspectivas, práticas e costumes sociais.

Art. 6º. Para assegurar a implementação da Educação Integral em Tempo Integral, os sistema de ensino e as escolas deverão observar as orientações específicas desta Resolução considerando seis princípios estratégicos:

I- Equidade: reconhece o direito de todos e todas de aprender e acessar oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, para o enfrentamento das desigualdades educacionais.

II- Inclusão: reconhece a singularidade dos sujeitos, suas múltiplas identidades e se sustenta na construção de uma política formativa, não como algo compensatório.

III- Contemporaneidade: foco na formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos, com o outro, com as questões humanitárias.

IV- Sustentabilidade: compromisso com processos educativos contextualizados, sustentáveis no tempo e no espaço, buscando integrar o que se aprende e o que se pratica na vida cotidiana.

V- Articulação Intersetorial e Integração com os territórios e as comunidades;

VI–Currículo, Práticas Pedagógicas e Avaliação da Aprendizagem e do Desenvolvimento;

VII- Valorização e Desenvolvimento Profissional de Educadores;

VIII–Monitoramento e Avaliação.

Art. 7º. A Política de Educação Integral aplicada na Rede Municipal de Ensino terá como principais objetivos:

I- Viabilizar a efetivação de currículos e metodologias capazes de elevar os indicadores de aprendizagem dos estudantes em todas as suas dimensões;

II- Contribuir para o avanço da alfabetização na idade certa;

III -Promover um currículo diversificado, enriquecido com oferta das diferentes abordagens pedagógicas com: reforço escolar, oficinas, jogos, brincadeiras, arte, esporte, cultura, lazer;

IV- Ampliar os tempos pedagógicos, os espaços escolares e as oportunidades de aprendizagem a partir da educação em tempo integral dos estudantes matriculados nas instituições de ensino da rede pública municipal;

V- Prover as condições para a redução dos índices de evasão escolar, de abandono e de

reprovação, bem como implementar medidas para reduzir as desigualdades educacionais, socioeconômicas e raciais;

VI–Atender os estudantes nas suas diferentes possibilidades e dificuldades procurando desenvolver habilidades para construir conhecimentos;

VII- Oferecer aos estudantes oportunidades para o desenvolvimento de projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida familiar e em comunidade;

VIII–Proporcionar atenção e proteção à infância e à adolescência;

IX–Orientar os estudantes em seu desenvolvimento pessoal, proporcionando alternativas de ação no campo social, cultural, esportivo e tecnológico;

X–Assegurar a intersecção dos aspectos biológico-corporais, do movimento humano, da sociabilidade, da cognição, do afeto, da moralidade;

XI- Reconhecer o sentido da escola e da educação com sua vida;

XII- Promover a formação e o desenvolvimento humano global e não apenas o acúmulo informacional;

XIII- Aprimorar a formação dos profissionais para o desenvolvimento de metodologias, de Estratégias de ensino e de avaliação, a fim de possibilitar a aprendizagem dos estudantes.

XIV–Prover adequação da infraestrutura física necessária para o funcionamento das escolas municipais com vistas à realização do modelo de educação integral, bem como prover os equipamentos e os recursos tecnológicos necessários para as proficiências pedagógicas e eficácia da gestão escolar.

Art. 8º. A implantação da Educação em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino, exige a adoção das seguintes diretrizes:

I- Articulação dos conteúdos curriculares com diferentes campos do conhecimento e práticas socioculturais;

II- Constituição de territórios educativos para o desenvolvimento curricular;

III- Integração entre as políticas educacionais e sociais, em interlocução com a comunidade;

IV- Afirmação das culturas dos direitos humanos;

V- Envolvimento das várias áreas do saber, do desenvolvimento humano e social;

VI- Desenvolvimento das habilidades e competências emocionais, sociais, artísticas, físicas, éticas e cognitivas;

VII- Desenvolvimento de práticas curriculares, pedagógicas e de gestão que busquem conjugar novas oportunidades de aprendizagem com proteção social, promovendo outras possibilidades;

VIII- Desenvolvimento de atitudes, tanto no que se refere à cognição como a convivência social, que privilegiem os pilares da educação: o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser;

IX- Construção de espaços de participação, de diálogos, rodas de conversa com pessoas da comunidade, favorecendo a aprendizagem na perspectiva da cidadania, da diversidade e do respeito aos direitos humanos;

X – Integração da escola com outras instituições, com ações intencionais e intersetoriais, sendo a escola, a articuladora e gestora das ações

Art. 9º. A implantação da Política de Educação Integral em Tempo Integral ocorrerá de forma gradativa, com o planejamento da Secretaria Municipal de Educação, de modo a atender satisfatoriamente todos os requisitos necessários para o funcionamento efetivo das Instituições de Ensino.

§ 1º–A Secretaria de Educação instituirá métodos periódicos de avaliação de forma a acompanhar a expansão das matrículas de Tempo Integral, com vistas à universalização do atendimento para priorizar a expansão de matrículas em tempo integral em territórios e escolas com maior vulnerabilidade social, e que busquem favorecer o acesso de estudantes pretos e pardos proporcionalmente ao perfil demográfico dos estudantes da Educação Básica no território.

§ 2º–definir e implementar:

I–estratégias de continuidade da matrícula em tempo integral ao longo das etapas da Educação Básica, com atenção especial às transições entre Educação Infantil, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio;

II–ações de prevenção e enfrentamento à infrequência, ao abandono e à evasão que envolvam a atuação de professores, das equipes gestoras e dos órgãos centrais de gestão do sistema de ensino;

III–protocolos para a atuação intersetorial, integrando ações de política educacional às políticas de assistência social, saúde, cultura, esporte, lazer e trabalho, promovendo permanência escolar;

IV–estratégias para que todas as escolas realizem ações permanentes que promovam melhoria do clima e da convivência escolar, da prevenção e superação de violências, como bullying, racismo, preconceito religioso, capacitismo, machismo, etarismo e violências contra as populações LGBTQIAP+.

V–garantir que todas as decisões de expansão da jornada em tempo integral estejam fundamentadas em indicadores de desigualdade educacional e social, priorizando territórios de maior vulnerabilidade e com histórico de exclusão escolar.

§ 3º A análise contínua da equidade educacional de que trata o inciso I deve ser feita mediante coleta e sistematização de informações sobre a distribuição das matrículas em tempo integral em articulação com informações a respeito de raça/cor, gênero, nível socioeconômico, deficiência e localização geográfica.

§ 4º Nos limites estabelecidos pela legislação vigente, as informações produzidas nos processos de avaliação e coleta deverão ser divulgadas de forma ativa, de modo a assegurar a transparência pública e o acompanhamento pela sociedade civil organizada e pelos órgãos de controle.

§ 5º–Quanto à infraestrutura para Instituições de Ensino onde serão ofertadas a ampliação de jornada, a Política de Educação Integral atenderá os dispositivos legais das leis orçamentárias municipais, disponibilidade de recursos financeiros próprios municipais ou por meio do regime de colaboração com o Governo Estadual e Federal.

Art. 10. Na dimensão estratégica do acesso e permanência com equidade, compete às

escolas:

I–monitorar indicadores de frequência, risco de abandono e evasão escolar, aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes matriculados na Educação Integral em Tempo Integral;

II–promover ações de prevenção à infrequência, à evasão e ao abandono escolar, incluindo estratégias de busca ativa, com diálogo permanente com as famílias;

II–articular-se com serviços de saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer e trabalho, presentes no seu território para apoiar a permanência e o sucesso escolar;

IV–articular-se com organizações da sociedade civil, coletivos e associações locais em estratégias compartilhadas de apoio à permanência e ao sucesso escolar;

V–comunicar e demandar apoio técnico às instâncias regionais de gestão e secretarias de educação para assegurar acesso e permanência dos educandos na escola;

VI–desenvolver ações para melhoria do clima e convivência escolar e para prevenção e a superação de violências, como bullying, racismo, preconceito religioso,

VII–revisar continuamente seu Projeto Político-Pedagógico–PPP, com participação da comunidade, incorporando a concepção de Educação Integral, na perspectiva de assegurar o exercício do conjunto dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes; e

VIII–criar canais permanentes de diálogo com as famílias, promovendo sua participação no projeto pedagógico, ações culturais e estratégias de apoio ao desenvolvimento integral dos educandos, inclusive por meio de ações formativas.

Art. 11. As escolas que vierem a oferecer educação em Tempo Integral deverão ter um plano escolar próprio, o qual refletirá as concepções da Proposta Pedagógica e disciplinará as normas e princípios de organização, o mesmo contemplará diretrizes como:

I- Apresentar os fins e os objetivos da Educação Integral em escola de Tempo Integral, acrescidos dos objetivos de cada etapa e modalidades de ensino oferecidos;

II- Explicitar as concepções de ser humano e sociedade, de educação integral, de escola de tempo integral e da respectiva proposta pedagógica;

III- Fundamentar a concepção de proposta curricular para a educação integral nesta escola, a integração das áreas do conhecimento e dos componentes curriculares da Base Nacional Comum com os componentes curriculares e projetos da parte diversificada, os planos de estudo que contemple a matriz curricular adotada e os planos de trabalho dos professores e demais profissionais;

IV- Descrever a metodologia utilizada pela escola;

V- Apontar os critérios de organização da escola: especifique seu regime escolar, matrícula, calendário escolar, organização do turno, agrupamentos de estudantes, processo de avaliação da proposta pedagógica e do desempenho dos estudantes com respectivas formas de registros, conselho de classe, estudos de recuperação, controle da frequência, classificação, progressões, aceleração de estudos, avanço, transferência, aproveitamento de estudos e adaptação, reclassificação e certificação.

Art. 12. A Educação Integral em Tempo Integral pressupõe a criação de um modelo de gestão integrada, que implica na busca de estratégias, por meio de um currículo diferenciado, inclusivo e sustentável, ambientes compatíveis e articulados com a proposição, programa de formação profissional e momentos permeados por diferentes formas de avaliação.

Art. 13. Será nomeada através de ato administrativo próprio do Poder Executivo Comitê Gestor de avaliação e monitoramento da Política de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino, constituída pelos membros:

I. 01 (um) representantes da Secretaria Municipal de Educação, indicados pelo responsável da pasta,

II. 01 (um) representante dos Profissionais da Educação atuantes na rede municipal de ensino;

III. 02 (dois) representantes dos Diretores das Instituições de Ensino, sendo 01 (um) de CMEI e 01 (um) de Escola;

IV. 02 (dois) representantes da Coordenação Pedagógica das Instituições de Ensino, sendo 01 (um) de CMEI e 01 (um) de Escola;

V. 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;

VI. 01 (um) representante do CACS-FUNDEB;

VII.01(um) representante das Associações de Pais, Mestres, Professores e Funcionários.

§ 1º–O Secretário Municipal de Educação é membro nato e representa o Poder Executivo.

§ 2º–O mandato da Equipe Técnica de avaliação e monitoramento da Política de Educação Integral em Tempo Integral, será para o período de 4 (quatro) anos, contados da data de nomeação.

§3º Compete a Secretaria Municipal de Educação assegurar, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, profissional responsável pela coordenação da Política de Educação Integral.

Art. 14. São atribuições ao Comitê Gestor para avaliação e monitoramento da Política de Educação Integral em Tempo Integral:

I. Acompanhar o desenvolvimento das ações propostas na implementação da Política de Educação Integral em Tempo Integral

II. Fomentar a integração entre as diferentes áreas representadas no grupo, visando uma abordagem interdisciplinar e colaborativa;

III. Conduzir consultas públicas e promover a participação da comunidade escolar e da sociedade civil no processo de acompanhamento da política.

Art. 15. A jornada escolar poderá contemplar Educação em Tempo Integral em Turno Único (ETI) ou Ampliação de Jornada Escolar, com atividades curriculares complementares contemplando o turno regular e contraturno.

Art. 16. O horário de funcionamento das unidades escolares, na oferta de Educação Integral na rede municipal, será definido pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com a comunidade escolar, desde que seja cumprida a carga horária mínima de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais.

Art. 17. O atendimento aos estudantes dar-se-á nos seguintes arranjos:

I- Escola com Turmas de Escolarização com Tempo Integral–quando todos os alunos da

escola permanecem em tempo contínuo na escola, sem que haja fragmentação dos turnos letivos, incluindo-se nesse período o tempo destinado à escolarização, alimentação, higienização, atividades recreativas, em período integral igual ou superior a 7h;

II- Escola com Turma Única de Tempo Integral—quando todos os alunos de uma única turma permanecem na escola com tempo de escolarização e atividade curricular complementar, igual ou superior a 7h diárias;

III – Jornada Ampliada quando todos os alunos de uma turma frequentam a escolarização em um turno, e turno oposto apenas parte dos alunos frequentam atividades curriculares complementares, ou quando todos os alunos de uma turma frequentam a escolarização em um turno e participam de atividades complementares no turno oposto em turmas diferentes, diversificando as atividades, os dias da semana e horário de atendimento.

Art. 18. Cabe à escola, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, a definição da forma de oferta bem como a organização do projeto político pedagógico do estabelecimento.

Art. 19. Os ambientes educativos das unidades escolares devem estar em condições estruturais adequadas e condizentes com as atividades que serão realizadas e proporcionar a congregação dos estudantes e sua participação em atividades de natureza cultural e artística, lúdica, física e de interação social, que ultrapassem os requisitos da sala de aula, como:

I—espaços de mídias e biblioteca, com acervo físico e digital;

II—quadra poliesportiva;

III—espaço para atividades curriculares;

IV—espaço para alimentação;

V—ambientes para estudos individuais e coletivos, em conformidade com a Proposta Pedagógica Curricular da escola.

Art. 20. A organização escolar deve assegurar ao estudante um tempo maior de permanência no ambiente escolar e outros espaços educacionais, com oferta educativa composta de atividades formativas diferenciadas em relação às já estabelecidas tradicionalmente

§ 1º Todas as atividades propostas deverão estar articuladas aos componentes curriculares e áreas do conhecimento, bem como as vivências, valores, atitudes e práticas socioculturais, em observância ao contido na BNCC e no Referencial Curricular do Estado do Paraná.

Art. 21. Os espaços escolares devem ser implantados conforme as leis e normas específicas vigentes da etapa ou modalidade ou as formas diferenciadas de atendimento da Educação Básica pretendida, podendo ser utilizados espaços alternativos no entorno da escola quando necessário.

Art. 22. Considerando ampliação do tempo de permanência no ambiente de aprendizagem escolar, as atividades podem ser desenvolvidas:

I— em diferentes espaços no entorno da unidade escolar;

II—em parcerias com órgãos ou entidades locais, sempre de acordo com o respectivo Projeto Político Pedagógico, como estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas específicas.

III— aproveitando os programas ou atividades oferecidas pelos demais órgãos do Poder Executivo, desde que atendam os objetivos e constem na organização curricular executada.

Art. 23. O Transporte Escolar deve ser adequado para a realização das atividades dentro e fora da escola, desde que estejam alinhados às proposições educativas.

Art. 24. Cabe à Secretaria Municipal de Educação progressivamente, assegurar a infraestrutura física, acessibilidade, parcerias intersetoriais, recursos humanos, estrutura funcional, recursos pedagógicos, formações e estratégias de avaliação, especialmente à parte diversificada do currículo na Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 25. A Escola de Tempo Integral terá o apoio das seguintes funções e equipes profissionais:

I – Equipe de gestão pedagógica e administrativa;

II – Coordenadores pedagógicos;

III—Professores das áreas de conhecimento e dos componentes curriculares da base comum e parte diversificada;

IV – Profissionais de apoio multifuncional e atendimento a educação inclusiva.

§ 1º As atividades educativas desenvolvidas nos espaços das escolas de Educação Integral em Tempo Integral são de responsabilidade de toda equipe da escola.

§ 2º Os profissionais poderão contribuir no desenvolvimento do currículo dentro e fora da escola, sob a orientação das políticas de educação desenvolvidas pela Secretaria da Educação e projetos elaborados no interior da própria instituição de ensino.

§ 3º O corpo docente e demais profissionais que atuarão na Educação de Tempo Integral participarão de Programa de Formação Continuada específica oferecido para este fim.

Art. 26. A composição do quadro de professores que irão atuar na Educação em Tempo Integral, deverá observar critérios de distribuição da Secretaria Municipal de Educação específica para organização e o funcionamento da Educação em Tempo Integral, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que determina formação mínima de nível médio na modalidade normal para os professores que atuam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Poderão ser contratados conforme necessidade através de Processo de Seletivo Simplificado e ou licitação.

Art. 27. A jornada de trabalho dos Profissionais da Educação seguirá legislação vigente, podendo ser de 20 horas ou de 40 horas, de acordo com a função exercida.

Art. 28. A gestão desenvolvida será pautada na colegialidade de natureza participativa, cooperativa e transparente, adotando procedimentos que garantam a participação da comunidade escolar de forma a contribuir com a autonomia da escola, assegurando o pluralismo de ideias e decisões que viabilizem a qualidade social da educação escolar.

Art. 29. Na dimensão estratégica da gestão democrática da política de Educação Integral, compete aos sistemas de ensino:

I—garantir instância regulamentada, vinculada à educação, responsável pelo acompanhamento contínuo de sua implementação e pela proposição de recomendações para seu aprimoramento;

II—assegurar consultas amplas, participativas e informadas às comunidades escolares e locais, com vistas à adequação da política às necessidades das populações atendidas nas diferentes modalidades da Educação Básica e às características e especificidades dos territórios;

III—definir e monitorar objetivos e metas quantitativas e qualitativas para a ampliação do acesso, a garantia da permanência, e a melhoria da aprendizagem e do desenvolvimento, considerando as desigualdades intraescolares e entre escolas;

IV—elaborar, implementar e monitorar estratégias específicas para que o transporte e alimentação escolar atendam às necessidades dos educandos da Educação Integral em Tempo Integral em todas as etapas e modalidades da Educação Básica;

V—elaborar, implementar e monitorar estratégias específicas para garantir que o Atendimento Educacional Especializado—AEE atenda às necessidades e singularidades dos educandos com deficiência na Educação Integral em Tempo Integral nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica;

VI—promover a melhoria contínua da infraestrutura escolar, com a criação, ampliação ou modernização de espaços pedagógicos, culturais, esportivos e de convivência, com atenção à sustentabilidade socioambiental e às mudanças climáticas;

VII—implementar práticas de gestão sustentável, incluindo coleta seletiva, uso consciente dos recursos naturais e adoção de materiais e insumos escolares ecologicamente adequados;

VIII—definir e implementar parâmetros para a composição das turmas, evitando superlotação e assegurando condições adequadas de ensino;

IX—promover a contratação e alocação de número necessário de profissionais da educação para a efetiva implementação da Educação Integral em Tempo Integral;

X—definir e implementar estratégias, metodologias e protocolos de apoio para a melhoria da gestão escolar na perspectiva da Educação Integral em Tempo Integral;

XI—elaborar e apresentar anualmente ao respectivo conselho de educação relatório de monitoramento da política de Educação Integral.

Art. 30. Na gestão democrática da política de Educação Integral, compete às escolas:

I—realizar escuta qualificada junto à comunidade escolar para identificar demandas, avaliar a implementação e fortalecer a participação no planejamento da Educação Integral em Tempo Integral na unidade educacional;

II—estabelecer e monitorar indicadores próprios para acompanhar o processo de implementação e os resultados de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes;

III—revisar periodicamente, com participação da comunidade, o PPP, à luz dos dados de monitoramento e da concepção de Educação Integral;

IV—identificar demandas relacionadas a transporte e alimentação escolar e colaborar com a secretaria de educação para o atendimento adequado;

V—identificar necessidades de infraestrutura e de pessoal, articulando-se com a secretaria de educação para seu atendimento;

VI—garantir o AEE aos educandos que dele necessitem, em articulação com o sistema de ensino;

VII—contemplar, nas práticas de gestão escolar, as especificidades de cada etapa e modalidade da Educação Básica;

VIII—apoiar os profissionais da escola na implementação da Educação Integral em Tempo Integral, assegurando recursos e oportunidades de formação continuada em serviço;

IX—adotar práticas de sustentabilidade ambiental no cotidiano escolar, promovendo consumo consciente, reutilização e redução de desperdícios;

X—executar com responsabilidade os recursos financeiros descentralizados priorizando ações pedagógicas e de melhoria da infraestrutura física e pedagógica;

Art. 31. As despesas oriundas da implantação e manutenção da Política Municipal de recursos provenientes de parcerias no formato de Regime de Colaboração com entes públicos União e Estado, da Secretaria Municipal de Educação e/ou entes privados, observada a aplicação exclusivamente em despesas para a manutenção e para o desenvolvimento do ensino, na forma prevista no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, observado o disposto no inciso X do caput do Art. 167 da Constituição. Parágrafo único: O controle social sobre a aplicação dos recursos transferidos no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, será exercido pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS – FUNDEB) do Município e demais órgãos de controle externo.

Art. 32. A Secretaria Municipal de Educação prestará assistência técnica e financeira às escolas para a qualificação da infraestrutura escolar para a política municipal de educação integral de tempo integral.

§1.º A assistência a que se refere o caput deste artigo será executada por meio das seguintes estratégias e programas:

I- Alimentação Escolar;

II- Transporte Escolar;

III- Equipamentos e Mobiliários;

IV- Estrutura Física—Ampliação e Reforma;

V- Internet (Conectividade), Energia, Água;

VI- Material Escolar e Didático;

VII- Recursos Humanos efetivos e temporários para atender as diferentes modalidades educativas.

§2.º Apoio financeiro será destinado à melhoria das condições de escolas com vagas em tempo integral, priorizando as escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental séries iniciais, unidades educacionais localizadas em áreas de vulnerabilidade social.

Art. 33. O currículo da Escola Integral de Tempo Integral contemplará atividades educativas diferenciadas no campo das ciências, nos diferentes tipos de linguagens cultura, e lazer, tecnologias, multiculturalismo, preservação do meio ambiente, promoção da saúde, educação financeira, estudo do lugar, entre Educação Integral em tempo integral serão

realizadas com outras, articuladas às áreas do conhecimento e aos componentes curriculares, que venham contribuir para o desenvolvimento pleno do estudante.

Parágrafo único. A operacionalização do currículo ocorrerá de forma integralizada e diversificada, através de matriz curricular flexível, composta da Base Curricular Comum e Parte Diversificada, respeitando a realidade local e se desenvolverá com a participação e a presença contínua dos estudantes, professores, equipe de gestão e de todos os membros da comunidade escolar, e em todos os espaços e tempos da escola

Art. 34. A implementação da Educação Integral em Tempo Integral deve assegurar coerência sistêmica entre currículo, práticas pedagógicas e avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento pleno, promovendo todas as suas dimensões: cognitiva, social, cultural, emocional, física e o pleno exercício dos direitos de aprendizagem dos educandos.

§ 1º A coerência sistêmica de que trata o caput deve observar a integração das diferentes dimensões do desenvolvimento em experiências de aprendizagem que articulem os diferentes campos do conhecimento e as diferentes linguagens e formas de expressão para promover o desenvolvimento da autonomia, da empatia, da criatividade, da consciência crítica e da convivência democrática.

§ 2º A organização do trabalho pedagógico das escolas deve observar a relação indissociável entre cuidar e educar, com ações pedagógicas intencionais para o acolhimento, higiene, descanso, socialização e escuta ativa.

Art. 35. O currículo da Educação Integral em Tempo Integral fundamenta-se na definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, competências e habilidades expressas na Base Nacional Comum Curricular–BNCC, nas macroáreas definidas para os Temas Transversais Contemporâneos e no currículo de cada sistema de ensino.

Art. 36. As orientações pedagógicas para a Educação Infantil devem promover a ampliação e a diversificação de oportunidades qualificadas para o pleno exercício dos direitos de aprendizagem, conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, em consonância com a BNCC e com as Diretrizes Operacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil, de acordo com resoluções vigentes.

§ 1º. As orientações pedagógicas para o Ensino Fundamental deverão promover o aprofundamento e a diversificação das aprendizagens, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, e com a BNCC, no que se refere a essa etapa de ensino, priorizando atividades que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes e contemplem as diferentes dimensões do conhecimento, da cultura e da vida social, conforme preconizam esses referenciais, conforme as resoluções vigentes.

Art. 37. O currículo, as práticas pedagógicas e da avaliação, compete aos sistemas de ensino:

I–elaborar orientações pedagógicas específicas para a Educação Integral em Tempo Integral para orientar as unidades educacionais de sua rede de ensino;

II–apoiar a contextualização das orientações pedagógicas pelas escolas com base em seus territórios;

III–assegurar a organização dos espaços e dos tempos no currículo escolar observando a

integração permanente das experiências educativas ao longo da jornada escolar, de modo a superar a lógica de turno e contraturno e a fragmentação entre os componentes curriculares e atividades;

IV–assegurar acessibilidade curricular e práticas pedagógicas inclusivas, considerando, assegurando múltiplas linguagens, abordagens, tempos, agrupamentos, recursos e tecnologias de suporte;

V–promover e apoiar, as Escolas da Rede Municipal, a articulação entre diferentes modalidades de organização do trabalho didático e pedagógico (sequências didáticas, atividades permanentes, projetos didáticos) e a articulação interdisciplinar entre os diferentes componentes curriculares;

VI–disponibilizar materiais de apoio didático e pedagógico às escolas; e

VII–promover e apoiar práticas avaliativas integradas, orientadas para a melhoria contínua dos resultados de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos e que considerem a justiça curricular e a articulação entre os diferentes componentes curriculares.

Art. 38. As Matrizes Curriculares de Referência para organização do trabalho pedagógico devem ser desenvolvidas de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, como Documentos Curriculares Estaduais e Municipais abrangendo a Base Comum Curricular, Parte Diversificada, conforme áreas de conhecimento e seus componentes curriculares e realidade local, organizados como distribuição das aulas de forma integrada e articulada, não configurando turnos distintos.

Art. 39. A organização do currículo de Educação Integral na escola de tempo integral deverá se fundamentar nas características, interesses e necessidades dos estudantes, contemplando a organização curricular obrigatória da Base Nacional Comum Curricular e uma Parte Diversificada, através de Matriz Curricular definida pela escola em conformidade com a legislação vigente

Art. 40. As instituições escolares devem adotar formas de organização escolar, pertinentes ao seu contexto, no exercício da sua autonomia, para a construção de seu Projeto Político Pedagógico e suas Propostas Pedagógicas Curriculares, atendendo a legislação vigente.

Art. 41. O Projeto Político Pedagógico deve assegurar o direito da criança, uma formação integral de qualidade, ampliando e diversificando oportunidades educativas, culturais, artísticas, científicas, tecnológicas e esportivas, deve assegurar também recursos pedagógicos acessíveis, disponibilizados de modo a incentivar sua utilização e deve ainda:

I– conduzir a prática educativa com os objetivos pedagógicos alinhados à contemporaneidade, à aplicação de metodologias ativas, articulando tempos e espaços e reconhecendo os saberes de cada sujeito.

II– oportunizar que o estudante se expresse e se posicione frente às questões da vida, favorecendo o seu crescimento intelectual, social, emocional, físico e cultural.

III– prever o diálogo entre as áreas do conhecimento e seus conteúdos de modo a contextualizar o processo de ensino e aprendizagem.

IV– promover a discussão de temas como a inclusão, competências socioemocionais, direitos humanos e diversidade, educação midiática, meio ambiente, sustentabilidade e outros.

Art. 42. O currículo na Educação Infantil em tempo integral abrangerá o trabalho por direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, devendo atender aos seguintes direitos básicos:

I- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

II- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

III- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

IV- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

V- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Art. 43. A implementação da Educação Integral em Tempo Integral deve assegurar coerência sistêmica entre currículo, práticas pedagógicas e avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento pleno, promovendo todas as suas dimensões: cognitiva, social, cultural, emocional, física e o pleno exercício dos direitos de aprendizagem dos educandos.

§ 1º A coerência sistêmica de que trata o caput deve observar a integração das diferentes dimensões do desenvolvimento em experiências de aprendizagem que articulem os diferentes campos do conhecimento e as diferentes linguagens e formas de expressão para promover o desenvolvimento da autonomia, da empatia, da criatividade, da consciência crítica e da convivência democrática.

§ 2º A organização do trabalho pedagógico das escolas deve observar a relação indissociável entre cuidar e educar, com ações pedagógicas intencionais para o acolhimento, higiene, descanso, socialização e escuta ativa.

Art. 44. Compete às Escolas Integral em Tempo Integral contextualizar e implementar as orientações pedagógicas da Educação Integral em Tempo Integral definidas em seu sistema de ensino para as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica; I–integrar e articular as propostas pedagógicas de maneira contínua e não fragmentada, organizando as práticas educativas da escola de modo a superar a lógica de turno e contraturno na Educação Integral em Tempo Integral e assegurar a articulação e integração entre os diferentes direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento pleno;

II–acompanhar a frequência escolar e assegurar a participação efetiva dos educandos em todas as atividades ofertadas;

III–desenvolver práticas inclusivas com recursos diversificados e adequados, considerando múltiplas linguagens, abordagens, tempos, agrupamentos, recursos e tecnologias de suporte;

V–promover, em articulação com os sistemas de ensino, a participação e integração de mestres da cultura popular e dos saberes tradicionais do território no desenvolvimento das práticas educativas;

VI–assegurar, nas práticas educativas da escola, a articulação entre diferentes modalidades de organização do trabalho didático e pedagógico (sequências didáticas, atividades permanentes, projetos didáticos) e a articulação interdisciplinar entre os diferentes componentes curriculares;

VII–organizar processos de ensino e aprendizagem personalizados, por meio da diversificação de metodologias, materiais, ambientes, tempos e espaços educativos, promovendo a formação de grupos heterogêneos que estimulem a educação entre pares que favoreçam a convivência democrática entre pessoas de diferentes idades, etapas, origens étnico-raciais, regionais, religiosas, socioeconômicas, de gênero e de sexualidade, e entre pessoas com e sem deficiência ou transtornos globais de desenvolvimento;

VIII–estimular e apoiar a equipe docente na utilização de materiais de apoio didático e pedagógico, com foco na melhoria e diversificação das práticas educativas;

IX–promover os direitos digitais, o uso responsável, ético e crítico das tecnologias da informação e comunicação, bem como da educação digital e midiática, com ênfase no desenvolvimento de competências tecnológicas, cidadania, segurança, ética e bem-estar no ambiente digital e o uso de recursos educacionais abertos, incentivando, inclusive, o letramento digital e a capacidade não apenas de acessar e usufruir, mas de produzir tecnologias da informação, programação digital e comunicação, integrando essas práticas às atividades escolares planejadas e ao currículo com vistas à integralidade dos sujeitos e formação de cidadãos conscientes e ativos no contexto digital;

X–estimular, acompanhar e orientar os educandos na construção de seus projetos de

vida, em perspectiva socialmente referenciada, considerando suas singularidades, interesses e contextos sociais;

XI–planejar e implementar ações de recomposição de aprendizagens com base nas dificuldades observadas;

XII–planejar e implementar estratégias de avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento dos educandos que considerem a justiça curricular, a integração entre os diferentes componentes curriculares e a valorização das diferentes formas de aprender e que estejam comprometidas com o alcance dos resultados de aprendizagem para todos os educandos.

Art. 45. Na dimensão estratégica da valorização e desenvolvimento profissional de educadores, compete a Secretaria Municipal de Educação e as Escolas:

I–realizar ações de gestão de pessoas que garantam o bom funcionamento cotidiano da unidade escolar e a consecução dos objetivos educativos;

II–coordenar processos de formação continuada em serviço, no âmbito da própria escola, com foco na implementação da Educação Integral em Tempo Integral;

III–incluir os profissionais não-docentes (funcionários da secretaria escolar, de limpeza, de alimentação) em ações formativas integradas ao PPP, valorizando suas contribuições e experiências;

IV–desenvolver iniciativas que promovam a melhoria das condições de trabalho, com foco no bem-estar, incluindo aquelas relacionadas ao clima e à convivência democrática na escola;

V–apoiar a participação dos profissionais da educação em ações formativas externas, como projetos de pesquisa, ações de extensão universitária, congressos científicos e encontros de práticas com foco na implementação da Educação Integral em Tempo Integral; e

VI–estabelecer parcerias com IES para acolher e acompanhar estudantes de licenciatura em estágios curriculares obrigatórios, bem como em projetos e programas de iniciação à docência e ações de extensão, contribuindo para a formação inicial na Educação Integral em Tempo Integral na prática e para o fortalecimento do diálogo entre a escola e os processos formativos dos futuros educadores.

Art. 46. O monitoramento e avaliação, compete a Secretaria Municipal de Educação e Escolas Integral em Tempo Integral.

I–implementar estratégias de avaliação da política de Educação Integral em Tempo Integral alinhadas a BNCC

II–disponibilizar os resultados da avaliação às unidades escolares da rede de ensino, de forma sistematizada, favorecendo o autoconhecimento institucional e a melhoria contínua;

III–orientar e acompanhar a aplicação dos resultados das avaliações no planejamento de ações para o aprimoramento da equidade e qualidade da oferta educacional e do trabalho pedagógico das escolas; e

§ 1º O processo de monitoramento e avaliação deve assegurar a participação dos profissionais de educação e das comunidades escolares em todas as suas etapas, integrando avaliação de natureza diagnóstica, formativa e somativa.

§ 2º Nas estratégias de avaliação da política de Educação Integral em Tempo Integral de que trata o inciso I, devem ser contemplados, no mínimo, informações, dados e indicadores:

I–de equidade na distribuição das matrículas;

II–educacionais (taxas de permanência, aprovação, reprovação, abandono e evasão e indicadores de aprendizagem e desenvolvimento pleno);

III–de condições de infraestrutura física e pedagógica;

IV–de efetivação da gestão democrática; e

V–de qualidade da articulação intersetorial e da integração com os territórios.

Art. 47. O monitoramento e avaliação, compete às escolas:

I–planejar e conduzir momento colaborativos de análise, reflexão e tomada de decisão com base nos resultados das avaliações, considerando as especificidades do território, da comunidade e da dinâmica escolar;

II–dialogar com os profissionais da educação, educandos e suas famílias sobre os processos e resultados da avaliação, promovendo a compreensão e envolvimento no processo educativo;

III–elaborar e revisar planos de ação para o aprimoramento contínuo da implementação da Educação Integral em Tempo Integral e seus efeitos sobre a aprendizagem e o desenvolvimento dos educandos em sua escola.

Parágrafo único. As escolas devem reconhecer a importância e assegurar a participação ativa das famílias e da comunidade no cotidiano escolar da jornada de tempo integral, promovendo canais permanentes de escuta, diálogo e corresponsabilidade nos processos de acompanhamento, avaliação e tomada de decisão, de modo a fortalecer o vínculo escola-comunidade e ampliar as condições para o desenvolvimento integral dos educandos.

Art. 48. Na Educação Infantil em tempo integral, o trabalho pedagógico será organizado a partir dos Campos de Experiências estabelecidos pela BNCC, a saber:

I–O eu, o outro e o nós.

II–Corpo, gestos e movimentos.

III–Traços, sons, cores e formas.

IV–Escuta, fala, pensamento e imaginação.

V–Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Art. 49. As Atividades Curriculares Complementares na Educação Infantil em tempo integral, definidas na Matriz Curricular, deverá trabalhar contação de histórias, leitura dialogada, manuseio de livros, práticas de leitura de memórias, brincadeiras culturais, livres, a construção de brinquedos, jogos e recreação, relaxamento, higiene, passeios, piqueniques, plantio de hortas escolares, dentre outros, organizados em projetos educativos, visando o desenvolvimento da autonomia da criança.

Art. 50. O Currículo no Ensino Fundamental em tempo integral abrangerá o trabalho por

áreas do conhecimento e componentes curriculares para o tempo de escolarização e uma parte diversificada com atividades curriculares complementares.

Art. 51. O currículo no tempo da escolarização, atende ao que estabelece a legislação vigente, conforme a BNCC, a saber: Área de Linguagens: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Arte, Educação Física; Área da Matemática; Área das Ciências da Natureza; Área das Ciências Humanas: História e Geografia; Ensino Religioso, Educação Digital

Art. 52. As atividades curriculares complementares serão definidas pelas instituições de ensino por meio de projetos para a Educação Infantil e de outros componentes curriculares desde que legalmente documentados conforme as especificações da legislação vigente e em conformidade com os objetivos da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 53. Na organização e gestão do currículo, as abordagens interdisciplinar e transdisciplinar devem ser consideradas pelo coletivo de cada escola, a fim de organizar as atividades com os estudantes, desde o planejamento do trabalho pedagógico, a gestão administrativa e pedagógica, a organização do tempo e do espaço físico e a seleção, disposição e utilização dos equipamentos e mobiliário da escola.

Art. 54. A metodologia na Educação Integral deve facilitar a construção de conhecimentos, cabendo ao docente: planejar situações didáticas de investigação de problemas ou dilemas, estudos do meio, trabalhos de grupo, criações artísticas, experimentação, pesquisas de campo, promoção de debates, dentre outras estratégias que privilegiem o protagonismo estudantil, por meio de metodologias ativas e mediação docente no processo.

Art. 55. Para manter o ciclo ativo nas diversas áreas do conhecimento e nas diversas abordagens metodológicas, as práticas pedagógicas em Educação Integral visam oferecer:

I- Múltiplas formas de estudo e de investigação: oferecer situações de experimentação e criação em que os estudantes sejam convidados a coletiva e autonomamente a criar, colaborar, reelaborar, testar, avaliar, registrar e comunicar suas aprendizagens;

II- Múltiplas linguagens na apresentação dos conteúdos de ensino e de aprendizagem, diversificando e articulando oralidade, imagem, textos, gráficos, vídeo, música, linguagem gestual e corporal, enfim, múltiplos estímulos aos sentidos e aos modos de representação;

III- Múltiplas formas de interação entre os estudantes – desenvolver comunicação e argumentação em duplas, trios, grupos, conjunto da turma, assembleia para debate ou apresentação;

IV- Múltiplas formas de despertar o interesse e o engajamento na atividade de estudo, para além dos deveres e da obrigação em estudar, para ampliar a motivação e capacidade de construir sentidos e significados compartilhados;

V- Envolver estudantes na construção de problemas para estudo e investigação em sala de aula a partir do que se observa no território (contexto do bairro, meio ambiente, relevo, clima, condições de infraestrutura, saberes locais, culinária, artesanato, agricultura, cultura).

Art. 56. A avaliação das aprendizagens na Educação Integral requer um processo de reflexão e autoavaliação coletivo.

§ 1.º A seleção de estratégias de avaliação na Educação Integral deve considerar os conhecimentos prévios e o contexto, estar a serviço de cada comunidade, escola e sujeito, ser formativa, utilizar diferentes formas de aplicação, estimulando o desenvolvimento da autonomia dos estudantes.

§ 2.º A autoavaliação deve ser prática contínua do fazer pedagógico, pois potencializa a autonomia dos sujeitos nela envolvidos através do exercício da participação e de reflexão de suas práticas, estimulando o autoconhecimento, comparando e registrando o que se sabia antes e depois de um estudo.

Art. 57. A Educação Integral pressupõe a existência de um projeto coletivo, compartilhado por estudantes, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

Art. 58. Cabe a equipe diretiva propor e organizar espaços e tempos que permitam as articulações necessárias, de forma a realizar uma gestão integrada de toda a escola e, intersetorialmente, articulada às outras políticas públicas do município.

Art. 59. O desenvolvimento das atividades para uma educação integral também poderá envolver a gestão de ações com a colaboração das famílias, das empresas e das organizações sociais, igrejas, associação do bairro, clubes, academias, fundações, institutos, sindicatos, de forma a potencializar as ações educativas, respeitando a proposta pedagógica de cada escola.

Art. 60. Para a consecução da Política Municipal de Educação Integral a Secretaria Municipal de Educação, poderá celebrar convênios, parcerias, contratação de serviços e acordos de cooperação técnica com instituições públicas e privadas, firmar termos de cooperação com organismos e instituições nacionais e congêneres.

Art. 61. As políticas setoriais podem pactuar ações articuladas com propósitos comuns entre educação, cultura, esporte, assistência social, meio ambiente, entre outros.

Art. 62. A articulação intersetorial e integração com territórios e comunidades, compete a Secretaria Municipal de Educação e as Escolas Integral em Tempo Integral:

I–desenvolver estratégias para a busca ativa e atendimento integrado das políticas sociais na prevenção e combate à infrequência, ao abandono e à evasão escolar na Educação Integral em Tempo Integral;

II–identificar e mapear oportunidades e serviços disponíveis nos territórios que possam contribuir com o desenvolvimento integral dos estudantes, fortalecendo redes de proteção e promoção de direitos;

III–definir e implementar protocolos específicos para a integração das ações de política educacional com as ações desenvolvidas, pelo poder público local e organizações da sociedade civil nas políticas de saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer, meio ambiente, ciência e tecnologia;

IV–incentivar e apoiar a realização de parcerias entre escolas e equipamentos públicos, organizações da sociedade civil e coletivos comunitários que atuem no território, assegurando a articulação intersetorial nos diferentes níveis de governo e nas regiões administrativas, promovendo a atuação integrada entre a secretarias e órgãos

governamentais;

V–estabelecer orientações para que as escolas adotem estratégias de flexibilização da jornada escolar para contemplar as especificidades de estudantes que participem de projetos e iniciativas esportivas, artísticas e culturais e que tenham compromissos com treinos, competições, ensaios ou apresentações artísticas coincidentes com o horário e a jornada regular da Educação Integral em Tempo Integral;

VI–estabelecer orientações para que suas escolas adotem estratégias de flexibilização da jornada escolar para contemplar as especificidades de estudantes e famílias atendidas em serviços de saúde e assistência social e que tenham compromissos na forma de consultas, atendimentos ou eventos semelhantes;

VII–estabelecer parcerias e protocolos de cooperação com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente–SGDCA, assegurando a atuação integrada da escola com conselhos tutelares, defensorias, Ministério Público e demais instâncias de proteção, defesa e controle social dos direitos tendo como foco o pleno desenvolvimento dos sujeitos.

Art. 63–fortalecer os vínculos de colaboração e das ações de articulação das oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento no território, promovendo a integração da escola com as demais políticas públicas e serviços de forma permanente e institucionalizada;

I–identificar necessidades de melhoria dos protocolos específicos para a integração intersectorial no território; articulando-se com a secretaria de educação para seu aperfeiçoamento;

III–implementar parcerias com organizações da sociedade civil e coletivos comunitários que atuem no território escolar, integrando-os às oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento previstas no PPP;

III–incentivar a integração de ambientes e espaços comunitários, praças, parques e áreas verdes, e equipamentos públicos de diferentes tipos na realização das atividades pedagógicas planejadas intencionalmente, ampliando as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos;

IV–promover a articulação da escola com mundo do trabalho, considerando os territórios, os diferentes arranjos produtivos locais, os interesses das juventudes e as diferentes práticas profissionais, tendo em vista o trabalho como princípio educativo;

V–diversificar metodologias, materiais, formas diferenciadas de agrupamento e espaços de aprendizagem que estimulem a educação entre pares e favoreçam a convivência democrática na diversidade;

VI–apoiar os educandos participantes de projetos e iniciativas esportivas, culturais e artísticas na compatibilização de sua jornada escolar com os compromissos de treinos, competições, ensaios e apresentações, a partir das normas estabelecidas no sistema de ensino;

VII–apoiar os educandos que sejam atendidos em serviços de saúde e de assistência social na compatibilização de sua jornada escolar com os compromissos em consultas, atendimentos e eventos semelhantes; e

VIII–integrar colegiados e outras formas de colaboração e gestão existentes no território (comissões, fóruns, conselhos), contribuindo com o planejamento, realização e acompanhamento de propostas e ações destinadas à garantia do direito à educação.

IX–Por tratar-se de uma política intersectorial, a Educação Integral precisa articular ações de parcerias com as diversas secretarias municipais.

Parágrafo único. Do desenvolvimento das formas de colaboração com entidades privadas previstas no inciso IV, os sistemas de ensino priorizarão parcerias com organizações sociais sem fins lucrativos.

Art. 64. As Escolas Municipais de Tempo Integral terão metas e resultados a serem alcançados de acordo com os indicadores de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação, e Secretaria de Educação a partir dos dados apresentados pelas avaliações internas e externas.

Art. 65. As Escolas Municipais, organizadas em Tempo Integral, serão monitoradas peiodicamente visando a melhoria do processo de gestão pedagógica e administrativa, pela equipe técnica já constituída.

Art. 66. Na oferta da Educação Integral é recomendado o contato com a comunidade escolar e sociedade civil para sensibilizar e estabelecer parcerias, mostrando os benefícios da educação integral em escola de tempo integral e divulgação através dos meios de comunicação.

Art. 67. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, de acordo com a legislação vigente.

Art. 68. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pranchita-PR, em 05 de fevereiro de 2026.

Ronimar Eleandro Sartor

Prefeito

Cod460189

DECRETO Nº 016/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRANCHITA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Artigo 70, Inciso IX da Lei Orgânica de Pranchita, resolve NOMEAR

VANESSA BITENCOURT DA SILVA, CPF nº 097.476.419-17, para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de Agente Comunitária de Saúde, Nível B1, do Quadro Único do Pessoal, a partir de 23 de fevereiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRANCHITA, EM 06 DE FEVEREIRO DE 2026.

RONIMAR ELEANDRO SARTOR

Prefeito

Cod460215

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 4/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRANCHITA/PR–CNPJ Nº 78.113.834/0001-09

CONTRATADO: FANEM LTDA.

CNPJ Nº 61.100.244/0001-30.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos para o Hospital Fundação Hospitalar da Fronteira de Pranchita.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 35/2025 .

VIGÊNCIA: 12 meses, de 06/02/2026 à 05/02/2027.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 23.000,00 (Vinte e Três Mil Reais).

Pranchita, 06 de fevereiro de 2026.

RONIMAR ELEANDRO SARTOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 5/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRANCHITA/PR–CNPJ Nº 78.113.834/0001-09

CONTRATADO: G.P. VEZONO LTDA.

CNPJ Nº 30.778.749/0001-25.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos para o Hospital Fundação Hospitalar da Fronteira de Pranchita.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 35/2025 .

VIGÊNCIA: 12 meses, de 06/02/2026 à 05/02/2027.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 18.300,00 (Dezoito Mil e Trezentos Reais).

Pranchita, 06 de fevereiro de 2026.

RONIMAR ELEANDRO SARTOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 6/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRANCHITA/PR–CNPJ Nº 78.113.834/0001-09

CONTRATADO: M CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES.

CNPJ Nº 32.593.430/0001-50.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos para o Hospital Fundação Hospitalar da Fronteira de Pranchita..

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 35/2025 .

VIGÊNCIA: 12 meses, de 06/02/2026 à 05/02/2027.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 18.420,00 (Dezoito Mil, Quatrocentos e Vinte Reais).

Pranchita, 06 de fevereiro de 2026.

RONIMAR ELEANDRO SARTOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 7/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRANCHITA/PR–CNPJ Nº 78.113.834/0001-09

CONTRATADO: ALF COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA.

CNPJ Nº 12.581.380/0001-84.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos para o Hospital Fundação Hospitalar da Fronteira de Pranchita..

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 35/2025 .

VIGÊNCIA: 12 meses, de 06/02/2026 à 05/02/2027.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 36.820,00 (Trinta e Seis Mil, Oitocentos e Vinte Reais).

Pranchita, 06 de fevereiro de 2026.

RONIMAR ELEANDRO SARTOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 8/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRANCHITA/PR–CNPJ Nº 78.113.834/0001-09

CONTRATADO: MEDEIROS COSTA LTDA.

CNPJ Nº 52.112.686/0001-06.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos para o Hospital Fundação Hospitalar da Fronteira de Pranchita..

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 35/2025 .

VIGÊNCIA: 12 meses, de 06/02/2026 à 05/02/2027.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.560,00 (Um Mil, Quinhentos e Sessenta Reais).

Pranchita, 06 de fevereiro de 2026.

RONIMAR ELEANDRO SARTOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 9/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRANCHITA/PR–CNPJ Nº 78.113.834/0001-09

CONTRATADO: C E C IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA.

CNPJ Nº 24.864.422/0001-73.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos para o Hospital Fundação Hospitalar da Fronteira de Pranchita..

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 35/2025 .

VIGÊNCIA: 12 meses, de 06/02/2026 à 05/02/2027.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 6.450,00 (Seis Mil, Quatrocentos e Cinquenta

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Segunda-Feira, 09 de Fevereiro de 2026

Ano XV – Edição Nº 3547

Página 25 / 031

Reais).
Pranchita, 06 de fevereiro de 2026.
RONIMAR ELEANDRO SARTOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 10/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRANCHITA/PR–CNPJ Nº 78.113.834/0001-09
CONTRATADO: CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA.
CNPJ Nº 10.735.873/0001-04.
OBJETO: Aquisição de Equipamentos para o Hospital Fundação Hospitalar da Fronteira de Pranchita..
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 35/2025 .
VIGÊNCIA: 12 meses, de 06/02/2026 à 05/02/2027.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.100,00 (Um Mil e Cem Reais).
Pranchita, 06 de fevereiro de 2026.
RONIMAR ELEANDRO SARTOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 11/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRANCHITA/PR–CNPJ Nº 78.113.834/0001-09
CONTRATADO: POLUX COMERCIAL LTDA EIRELI.
CNPJ Nº 12.287.498/0001-02.
OBJETO: Aquisição de Equipamentos para o Hospital Fundação Hospitalar da Fronteira de Pranchita..
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 35/2025 .
VIGÊNCIA: 12 meses, de 06/02/2026 à 05/02/2027.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 27.341,91 (Vinte e Sete Mil, Trezentos e Quarenta e Um Reais e Noventa e Um Centavos).
Pranchita, 06 de fevereiro de 2026.
RONIMAR ELEANDRO SARTOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 12/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRANCHITA/PR–CNPJ Nº 78.113.834/0001-09
CONTRATADO: L FORASTIERI MACHADO LTDA.
CNPJ Nº 47.123.165/0001-14.
OBJETO: Aquisição de Equipamentos para o Hospital Fundação Hospitalar da Fronteira de Pranchita..
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 35/2025 .
VIGÊNCIA: 12 meses, de 06/02/2026 à 05/02/2027.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 8.700,00 (Oito Mil e Setecentos Reais).
Pranchita, 06 de fevereiro de 2026.
RONIMAR ELEANDRO SARTOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 13/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRANCHITA/PR–CNPJ Nº 78.113.834/0001-09
CONTRATADO: MARTECMED INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ Nº 00.625.332/0001-61.
OBJETO: Aquisição de Equipamentos para o Hospital Fundação Hospitalar da Fronteira de Pranchita..
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 35/2025 .
VIGÊNCIA: 12 meses, de 06/02/2026 à 05/02/2027.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 14.000,00 (Quatorze Mil Reais).
Pranchita, 06 de fevereiro de 2026.
RONIMAR ELEANDRO SARTOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 14/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRANCHITA/PR–CNPJ Nº 78.113.834/0001-09
CONTRATADO: UNIQUE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.
CNPJ Nº 49.938.521/0001-83.
OBJETO: Aquisição de Equipamentos para o Hospital Fundação Hospitalar da Fronteira de Pranchita..
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 35/2025 .
VIGÊNCIA: 12 meses, de 06/02/2026 à 05/02/2027.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 17.534,00 (Dezessete Mil, Quinhentos e Trinta e Quatro Reais).
Pranchita, 06 de fevereiro de 2026.
RONIMAR ELEANDRO SARTOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 15/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRANCHITA/PR–CNPJ Nº 78.113.834/0001-09

CONTRATADO: GO VENDAS ELETRÔNICAS LTDA.
CNPJ Nº 36.521.392/0002-62.
OBJETO: Aquisição de Equipamentos para o Hospital Fundação Hospitalar da Fronteira de Pranchita..
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 35/2025 .
VIGÊNCIA: 12 meses, de 06/02/2026 à 05/02/2027.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 13.499,36 (Treze Mil, Quatrocentos e Noventa e Nove Reais e Trinta e Seis Centavos).
Pranchita, 06 de fevereiro de 2026.
RONIMAR ELEANDRO SARTOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 16/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRANCHITA/PR–CNPJ Nº 78.113.834/0001-09
CONTRATADO: L A PAZINATO COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA.
CNPJ Nº 40.965.390/0001-59.
OBJETO: Aquisição de Equipamentos para o Hospital Fundação Hospitalar da Fronteira de Pranchita..
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 35/2025 .
VIGÊNCIA: 12 meses, de 06/02/2026 à 05/02/2027.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 3.450,00 (Três Mil, Quatrocentos e Cinquenta Reais).
Pranchita, 06 de fevereiro de 2026.
RONIMAR ELEANDRO SARTOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 17/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRANCHITA/PR–CNPJ Nº 78.113.834/0001-09
CONTRATADO: LEV INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ Nº 52.795.852/0001-16.
OBJETO: Aquisição de Equipamentos para o Hospital Fundação Hospitalar da Fronteira de Pranchita..
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 35/2025 .
VIGÊNCIA: 12 meses, de 06/02/2026 à 05/02/2027.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 9.900,00 (Nove Mil e Novecentos Reais).
Pranchita, 06 de fevereiro de 2026.
RONIMAR ELEANDRO SARTOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 18/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRANCHITA/PR–CNPJ Nº 78.113.834/0001-09
CONTRATADO: ALPHAMEDIC EQUIPAMENTOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
CNPJ Nº 48.447.897/0001-22.
OBJETO: Aquisição de Equipamentos para o Hospital Fundação Hospitalar da Fronteira de Pranchita..
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 35/2025 .
VIGÊNCIA: 12 meses, de 06/02/2026 à 05/02/2027.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 84.990,00 (Oitenta e Quatro Mil, Novecentos e Noventa Reais).
Pranchita, 06 de fevereiro de 2026.
RONIMAR ELEANDRO SARTOR
Prefeito Municipal

Cod460202

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 08/2024.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DA FRONTEIRA
CONTRATADO: ROGERIO DE SOUZA SANDOVAL SANTANA LTDA.
CNPJ Nº 51.064.220/0001-10.
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS SENDO: SERVIÇOS DE PLANTONISTAS ESPECIALIZADOS EM CLÍNICO GERAL PARA A REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTOS MÉDICOS, INTERNAMENTO, URGÊNCIA, EMERGÊNCIA ENTRE OUTROS PROCEDIMENTOS MÉDICOS; SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM LAQUEADURA TUBÁRIA, SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM ANESTESISTA OBSTETRÍCIA, SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM PSIQUIATRIA, E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM PSICOLOGIA.
ORIGEM: Processo inexigibilidade nº 02/2023.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, de 05/02/2026 até 04/02/2027.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: inalterada.
Pranchita, 04 de fevereiro de 2026.
HORACIO ANTUNES BARBOSA JUNIOR
Diretor Superintendente
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 09/2024.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DA FRONTEIRA
CONTRATADO: RATUCHENEI E BORILLE LTDA.
CNPJ Nº 48.911.761/0001-21.

Diário Oficial

dos Municípios do
Sudoeste do Paraná

Segunda-Feira, 09 de Fevereiro de 2026

Ano XV – Edição Nº 3547

Página 26 / 031

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS SENDO: SERVIÇOS DE PLANTONISTAS ESPECIALIZADOS EM CLÍNICO GERAL PARA A REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTOS MÉDICOS, INTERNAMENTO, URGÊNCIA, EMERGÊNCIA ENTRE OUTROS PROCEDIMENTOS MÉDICOS; SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM LAQUEADURA TUBÁRIA, SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM ANESTESISTA OBSTETRÍCIA, SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM PSIQUIATRIA, E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM PSICOLOGIA.

ORIGEM: Processo inexigibilidade nº 02/2023.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, de 15/02/2026 até 14/02/2027.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: inalterada.

Pranchita, 04 de fevereiro de 2026.

HORACIO ANTUNES BARBOSA JUNIOR

Diretor Superintendente

Cod460201

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

PORTARIA Nº 7.286, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2026

Nomeia Chefe da Divisão de Vigilância Sanitária.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do art. 61, da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º Nomear Camila Fiori Pilger, CPF 061.xxx.xxx- 57, para o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Vigilância Sanitária, Símbolo CC-3, a partir de 05/02/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

São João, 06 de fevereiro de 2026.

JONI ZANELLA FERREIRA–Prefeito Municipal

Cod460243

RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 001/2026 CMDCA

Dispõe sobre a aprovação da reprogramação do superávit no orçamento de 2026 das contas do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE (CMDCA) do Município de São João – PR, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 1.899, de 20 de março de 2020 e Lei nº 1928 de 10 de março de 2021.

Art. 1º. Aprovar Ad Referendum a reprogramação do superávit das contas do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

| FONTE | RECURSO | VALOR | REPROGRAMAÇÃO |
|-------|--|----------------|--|
| 503 | Receitas de Alienações ativos ECA/FMDCA | R\$ 1.858,09 | 09.003 Fundo Municipal do Direito das Crianças e Adolescentes. 08.243.0802.2050 Manutenção do Conselho Tutelar. 4.4.90.52.00.00 Equipamentos e material de permanente. R\$ 1.858,09 |
| 513 | Penalidades ADM ECA/FMDCA | R\$ 250,35 | 09.003 Fundo Municipal do Direito das Crianças e Adolescentes. 08.243.0802.2051 Manutenção do Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente 3.3.90.39.00.00 outros serviços de terceiros–pessoa jurídica R\$ 250,35 |
| 880 | Contribuição e legados de entidades não governamentais | R\$ 272.082,88 | 09.003 Fundo Municipal do Direito das Crianças e Adolescentes. 08.243.0802.2049 Manutenção do Fundo da Infância e Adolescência 3.3.90.30.00.00 Material de consumo. R\$ 222.082,88 3.3.90.39.00.00 outros serviços de terceiros–pessoa jurídica R\$ 50.000,00 |
| 903 | Recurso: Incentivo Estadual voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes- deliberação 13/2025 | 381.637,48 | 09.003 Fundo Municipal do Direito das Crianças e Adolescentes. 08.243.0802.2051 Manutenção do Fundo dos direitos da Criança e Adolescente. 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo R\$ 20.000,00 3.3.90.39.00.00 outros serviços de terceiros pessoa jurídica R\$ 70.000,00 4.4.90.52.00.00 Equipamentos e material de permanente. R\$ 291.637,48 |
| 1161 | INCENTIVO PRIMEIRA INFANCIA | R\$ 2.213,07 | 09.003 Fundo Municipal do Direito das Crianças e Adolescentes. 08.243.0802.2051 Manutenção do Fundo dos direitos da Criança e Adolescente 3.3.90.93.00.00 Indenizações e Restituições R\$ 2.213,07 |
| 1201 | INCENTIVO HIGIENE INTIMA | R\$ 1.307,61 | 09.003 Fundo Municipal do Direito das Crianças e Adolescentes. 08.243.0802.2051 Manutenção do Fundo dos direitos da Criança e Adolescente 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo R\$ 1.307,61 |

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São João, 06 de fevereiro de 2026.

Tania Aparecida Huppes-Presidente do CMDCA

Cod460223

AVISO DE CREDENCIAMENTO (INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO) AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2026 – UASG 987871 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/2026 CONTRATANTE:

Município de São João – Estado do Paraná – CNPJ nº 76.995.422/0001-06

Avenida XV de Novembro, nº 160 – Centro – CEP 85.570-000

Telefone: (46) 3533-8325 – E-mail: licitacao@saojoao.pr.gov.br

OBJETO: Credenciamento de Pessoas Jurídicas para a prestação futura e eventual, sob demanda, de serviços gerais de limpeza de prédios públicos e de serviços de zeladoria, manutenção e pequenos reparos, abrangendo prédios, terrenos, vias e serviços públicos, a serem executados em próprios públicos pertencentes ou utilizados pelas diversas Secretarias do Município de São João/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.859.010,00 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil e dez reais), para o período estimado de 12 (doze) meses.

PERÍODO DE CREDENCIAMENTO: De 05/02/2026 a 05/02/2027.

LOCAL PARA CREDENCIAMENTO: Protocolo da Prefeitura Municipal de São João – PR,

Avenida XV de Novembro, nº 160 – Centro – São João/PR. Atendimento presencial ou via protocolo eletrônico (1DOC), conforme orientações do edital.

ITENS DO CREDENCIAMENTO:

- Item 1 – Limpeza de prédios públicos: 100.000 horas estimadas – valor/hora R\$ 13,98.
- Item 2 – Zeladoria/manutenção e pequenos reparos/serviços externos: 33.000 horas estimadas – valor/hora R\$ 13,97.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente o art. 74, inciso IV, e os arts. 78 e 79 (credenciamento como hipótese de inexigibilidade), observados os princípios aplicáveis.

São João/PR, 04 de fevereiro de 2026.

Anderson Camargo Cardoso–Agente de Contratação

Contrato 011/2026

Contratante: Município de São João/PR. Contratada: F & S PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA–45.777.942/0001-19. Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica especializada para a prestação futura e eventual de serviços diversos de manutenção urbana e predial, de natureza corretiva e preventiva, a serem executados sob demanda, nos próprios públicos pertencentes ou utilizados pelas diversas Secretarias do Município de São João/PR. Valor:

| Lote 01 | | | |
|---------|---|------|-----------------|
| Item | Descrição do serviço | Un. | Valor un. (R\$) |
| 1 | Serviços de Jardinagem, Limpeza Urbana e Manutenção de Áreas Verdes (corte de grama, roçagem, poda, capina, varrição, remoções, limpeza de bueiros e correlatos), sob demanda | Hora | 13,81 |
| 2 | Serviços de limpeza, capina e roçada em terrenos públicos/particulares notificados e outros locais, com recolhimento e destinação final de resíduos (sem queimada) | m² | 0,38 |
| Lote 02 | | | |
| Item | Descrição do serviço | Un. | Valor un. (R\$) |
| 1 | Remoção de telhas (fibrocimento/metálica/cerâmica), manual, sem reaproveitamento | m² | 4,23 |
| 2 | Remoção de trama de madeira para cobertura, manual, sem reaproveitamento | m² | 9,09 |
| 3 | Assentamento de alvenaria de vedação (bloco cerâmico 11,5 cm) | m² | 54,49 |
| 4 | Aplicação de chapisco em alvenaria/estruturas de concreto internas | m² | 3,12 |
| 5 | Retirada e recolocação de ripa em telhados de até 2 águas | m² | 12,04 |
| 6 | Retirada e recolocação de caibro em telhados de até 2 águas | m² | 13,32 |
| 7 | Telhamento com telha de concreto de encaixe, até 2 águas | m² | 7,07 |
| 8 | Telhamento com telha ondulada de fibrocimento e=6mm | m² | 7,39 |
| 9 | Telhamento com telha de aço/alumínio e=0,5mm | m² | 6,11 |
| 10 | Instalação de cumeeira para telha de fibrocimento ondulada | m | 3,38 |
| 11 | Fabricação e instalação de pontalotes de madeira (telhados até 2 águas) | m² | 8,07 |
| 12 | Fabricação e instalação de trama de madeira (ripas/caibros/terças) para telhados com mais de 2 águas | m² | 33,56 |
| Lote 03 | | | |
| Item | Descrição do serviço | Un. | Valor un. (R\$) |
| 1 | Assentamento de guia em trecho reto (concreto pré-fabricado) | m | 12,44 |
| 2 | Assentamento de guia em trecho curvo (concreto pré-fabricado) | m | 16,09 |
| 3 | Execução de passeio em piso intertravado (bloco retangular) | m² | 20,12 |
| 4 | Execução de passeio/piso de concreto (moldado in loco) | m² | 14,12 |
| 5 | Execução de rampa de acessibilidade em concreto (1,50x3,50m) | un | 90,60 |
| 6 | Caixa boca-de-lobo retangular simples (0,60x1,00x1,20m), em alvenaria (com chapisco/emboço) | un | 529,27 |

Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Origem Inexigibilidade de Licitação nº 005/2026– Chamamento Público nº 003/2026. Data da assinatura: 03 de fevereiro de 2026.

Contrato 012/2026

Contratante: Município de São João/PR. Contratada: 60.541.531 JUNIOR CESAR CAMARGO GOMES–60.541.531/0001-13. Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica especializada para a prestação futura e eventual de serviços diversos de manutenção urbana e predial, de natureza corretiva e preventiva, a serem executados sob demanda, nos próprios públicos pertencentes ou utilizados pelas diversas Secretarias do Município de São João/PR. Valor:

| Lote 03 | | | |
|---------|---|-----|-----------------|
| Item | Descrição do serviço | Un. | Valor un. (R\$) |
| 1 | Assentamento de guia em trecho reto (concreto pré-fabricado) | m | 12,44 |
| 2 | Assentamento de guia em trecho curvo (concreto pré-fabricado) | m | 16,09 |
| 3 | Execução de passeio em piso intertravado (bloco retangular) | m² | 20,12 |
| 4 | Execução de passeio/piso de concreto (moldado in loco) | m² | 14,12 |
| 5 | Execução de rampa de acessibilidade em concreto (1,50x3,50m) | un | 90,60 |

| | | | |
|---|---|----|--------|
| 6 | Caixa boca-de-lobo retangular simples (0,60x1,00x1,20m), em alvenaria (com chapisco/emboço) | un | 529,27 |
|---|---|----|--------|

Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Origem Inexigibilidade de Licitação nº 005/2026– Chamamento Público nº 003/2026. Data da assinatura: 04 de fevereiro de 2026.

Contrato 013/2026

Contratante: Município de São João/PR. Contratada: 58.662.234 PAULO CESAR CAMARGO DE JESUS–58.662.234/0001-84. Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica especializada para a prestação futura e eventual de serviços diversos de manutenção urbana e predial, de natureza corretiva e preventiva, a serem executados sob demanda, nos próprios públicos pertencentes ou utilizados pelas diversas Secretarias do Município de São João/PR. Valor:

| Lote 03 | | | |
|---------|---|-----|-----------------|
| Item | Descrição do serviço | Un. | Valor un. (R\$) |
| 1 | Assentamento de guia em trecho reto (concreto pré-fabricado) | m | 12,44 |
| 2 | Assentamento de guia em trecho curvo (concreto pré-fabricado) | m | 16,09 |
| 3 | Execução de passeio em piso intertravado (bloco retangular) | m² | 20,12 |
| 4 | Execução de passeio/piso de concreto (moldado in loco) | m² | 14,12 |
| 5 | Execução de rampa de acessibilidade em concreto (1,50x3,50m) | un | 90,60 |
| 6 | Caixa boca-de-lobo retangular simples (0,60x1,00x1,20m), em alvenaria (com chapisco/emboço) | un | 529,27 |

Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Origem Inexigibilidade de Licitação nº 005/2026– Chamamento Público nº 003/2026. Data da assinatura: 04 de fevereiro de 2026.

Termo Aditivo nº 020/2026–Contrato nº 289/2025

Contratante: Município de São João. Contratada: HORACIO FERREIRA DE ANDRADE & CIA LTDA–CNPJ 05.130.862/0001-52. Objeto: Adita-se o acréscimo de 25% a quantidade dos itens do Lote 01 do Contrato nº 289/2025, ou seja, o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Origem: Pregão Eletrônico nº 90043/2025. Data da assinatura: 04 de fevereiro de 2026.

Cod460237

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2026.

O Município de Verê torna público que fará realizar, às 08:30 horas do dia 03 de Março do ano de 2026, na plataforma Compras.gov (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

| Local do objeto | Objeto | Quantidade e unidade de medida | Prazo de execução |
|----------------------------|-------------------|--------------------------------|-------------------|
| Estrada Vicinal do Turismo | Pavimentação CBUQ | 49.560,00 m² | 180 dias |

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Verê e na plataforma Compras.gov (<https://www.gov.br/compras/pt-br>). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Verê/PR, 06 de Fevereiro de 2026.

PAULO ROBERTO WEISSHEIMER

Cod460210

ARSS

RESOLUÇÃO Nº 015/2026

DATA 06/02/2026

SÚMULA: exonera a pedido, Servidor ocupante de emprego efetivo de Assistente Social a partir de 06/02/2026, do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD);



A íntegra do documento, encontra-se disponível no endereço eletrônico a seguir: https://consud.org/pagina/2285_Exercicio-2025.html ou acesse pelo QR Code ao lado:

JEAN PIERR CATTO
Presidente

Cod460206

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA FRONTEIRA - CIF CONVITE À POPULAÇÃO

Reunião Pública para Criação do Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG)

Em nome do **CIF** (Consórcio Intermunicipal da Fronteira), em parceria com as forças de segurança e lideranças locais, convida toda a população para participar da Reunião Pública de Criação do Conselho Comunitário de Segurança (**CONSEG**).

O CONSEG é um espaço de participação cidadã, diálogo e cooperação para discutir necessidades dos bairros/municípios, propor soluções e fortalecer ações integradas de prevenção e segurança.

Data: 12/02/2026

Horário: 09:00

Local: Av. Brasil, n. 33, Alvorada, Barracão - PR.

Pauta da reunião

- Apresentação sobre o que é o **CONSEG** e como funciona
- Criação/instalação do Conselho Comunitário de Segurança
- Definição dos próximos passos e calendário de reuniões
- Inscrição de interessados em compor o Conselho

Quem pode participar?

- Toda a comunidade: moradores, comerciantes, entidades, associações, lideranças, escolas, igrejas e interessados em contribuir para a segurança do município.

Sua presença é fundamental!

Segurança pública se constrói com participação, união e diálogo.

Informações: (49) 3644-4366

Apoio: Polícia Militar / Polícia Civil / outras entidades

Bianca Maran Bertamoni
Presidente do Consórcio Intermunicipal da Fronteira – CIF
Prefeita Municipal de Dionísio Cerqueira – SC

Cod460209